

COLÓQUIO

# PORTUGAL E O FIM DA GRANDE GUERRA

18 de dezembro de 2018 | Sala do Senado | Assembleia da República



# ÍNDICE

ABREVIATURAS E SIGLAS	3
<b>ABERTURA</b>	
Teresa Caeiro (Vice-presidente da Assembleia da República)	4
Tenente-general Mário Cardoso (Presidente da Comissão Coordenadora da Evocação do Centenário da I Guerra Mundial)	6
<b>INTERVENÇÕES</b>	
<b>ARMISTÍCIO?</b>	
Adriano Moreira (Presidente do Instituto de Altos Estudos da Academia das Ciências de Lisboa e professor emérito da Universidade Técnica de Lisboa)	8
<b>UM SÉCULO DEPOIS – O QUE A GRANDE GUERRA ENSINA AO MUNDO DE 2019</b>	
António Telo (Professor catedrático na Academia Militar)	12
<b>UMA EVOCAÇÃO POLÍTICA DA PARTICIPAÇÃO PORTUGUESA NA GRANDE GUERRA DE 1914-1918</b>	
Diogo Leão (Comissão de Defesa Nacional)	33
<b>ENCERRAMENTO</b>	
Ana Santos Pinto (Secretária de Estado da Defesa Nacional)	40
<b>PROGRAMA DA CONFERÊNCIA</b>	42
<b>NOTAS BIOGRÁFICAS DOS ORADORES</b>	43

## ABREVIATURAS E SIGLAS

CEME	Chefe do Estado-Maior do Exército
CEP	Corpo Expedicionário Português
CTT	Correios de Portugal, SA
EUA	Estados Unidos da América
FMI	Fundo Monetário Internacional
GATT	Acordo Geral de Tarifas e Comércio ( <i>General Agreement on Tariffs and Trade</i> )
GB	Grã-Bretanha
GG	Grande Guerra
IDN	Instituto de Defesa Nacional
MRAP	Emboscada Protegida contra as Minas ( <i>Mine Resistant Ambush Protected</i> )
NRP	Navio da República Portuguesa (Navio da Marinha Portuguesa)
ONU	Organização das Nações Unidas
PIB	Produto Interno Bruto
RTP	Rádio e Televisão de Portugal
UE	União Europeia
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas



Teresa Caeiro  
Foto de André Pereira, 2018

## ABERTURA

### TERESA CAEIRO

Senhora secretária de Estado da Defesa Nacional, professora Ana Santos Pinto  
Senhor general Mário Cardoso, presidente da Comissão Coordenadora da Evocação do Centenário da I Guerra Mundial  
Senhor professor Adriano Moreira  
Senhor professor António Telo  
Senhoras e senhores deputados  
Minhas senhoras e meus senhores

Este Colóquio, cujo programa confirma uma cooperação de quatro anos entre a Assembleia da República e o Ministério da Defesa Nacional, entre a Comissão de Defesa Nacional e a Comissão Coordenadora da Evocação do Centenário da I Guerra Mundial, prova o interesse que o Parlamento deu à evocação de um momento tão relevante do século XX português.

O Parlamento de Portugal, desde a primeira hora, respondeu afirmativamente a todas as propostas que surgiram de evocação da nossa participação na Guerra de 1914-18.

Mas, mais do que se associar a iniciativas, a Assembleia da República dinamizou momentos que marcaram estes quatro anos.

O primeiro deles foi o Colóquio de abertura destas evocações, a que tive a honra de presidir em representação da então presidente Assunção Esteves, no dia 7 de outubro de 2014.

Nesse mesmo dia foi inaugurada a Exposição "Portugal e a Grande Guerra", comissariada pela professora Fernanda Rollo, que esteve patente na Assembleia da República até ao fim do mês de janeiro de 2015 e que, pela sua qualidade e abrangência, iniciou uma itinerância que já a levou a mais de dez municípios do país, de Santo Tirso a Portalegre, passando por Coimbra, Leiria ou Amadora. E essa itinerância vai prosseguir, estando já agendada para Sesimbra e para o Montijo.

Já em 2018, por ocasião das evocações da Batalha de La Lys, a exposição esteve em Lille, de 10 de abril até ao fim de maio, tendo sido recentemente inaugurada pelo presidente da Assembleia da República, Eduardo Ferro Rodrigues, a 26 de outubro, no Consulado Geral de Paris, onde ainda permanece.

Também em cooperação com o Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e com a RTP, o Palácio de São Bento, acolheu, entre os dias 17 e 19 de outubro de 2014, os "Dias da Memória", uma iniciativa europeia de grande alcance que permitiu recolher mais informação sobre a nossa participação na Guerra.

Durante todo esse fim de semana foi possível assistir a um número muito considerável de pessoas (estimamos em cerca de 1000) que aqui estiveram para entregar ou partilhar as memórias e o espólio das suas famílias relacionado com aqueles anos – diários, cartas, fotografias, mapas ou outros objetos – aumentando, assim, o conhecimento que temos desse período difícil da nossa história.

Finalmente, editámos na Coleção Parlamento a obra *A Grande Guerra no Parlamento*, da autoria das professoras Fernanda Rollo e Ana Paula Pires, cujo lançamento decorreu na Biblioteca Passos Manuel, no passado dia 14 de novembro.

Este Colóquio conta com a participação de dois reputadíssimos especialistas deste tema que, estou certa, muito enriquecerão o conhecimento de todos os que aqui estão e os que, através do Canal Parlamento, poderão assistir ao mesmo.

Nos planos político e militar vamos agora perceber melhor quais as condições em que Portugal e a Europa ficaram no final da Guerra, as implicações que a nossa participação teve nas relações internacionais ou na evolução tecnológica militar.

A Comissão de Defesa Nacional, desde o início promotora destes eventos, estará também representada pelo deputado Diogo Leão, que abordará uma vertente menos conhecida da nossa participação na Guerra.

Termino, agradecendo ao Ministério da Defesa Nacional, aqui representado pela senhora secretária de Estado, pela permanente disponibilidade para ceder todos os meios para que estas evocações decorressem com a maior dignidade.

Agradeço muito especialmente ao senhor general Mário Cardoso, presidente desta Comissão Coordenadora da Evocação, o trabalho conjunto que teve com a Assembleia da República.

Com os votos de um excelente Colóquio, estou certa de que estas evocações que agora terminam serviram para um maior conhecimento deste momento ímpar da História de Portugal.

Foram estas as tarefas que o Parlamento cumpriu, honrando todos os que, no campo de batalha, defenderam os ideais portugueses no início do século XX.

Muito obrigada.





Mário Cardoso  
Foto de André Pereira, 2018

#### **Tenente-general MÁRIO CARDOSO**

Exm.<sup>a</sup> Sr.<sup>a</sup> vice-presidente da Assembleia da República, Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Teresa Caeiro

Enquanto presidente da Comissão Coordenadora da Evocação do Centenário da Grande Guerra, quero agradecer-lhe não só a sua presença e a sua intervenção, mas também o facto de ser patente que a evocação do Centenário deste grande desafio para todo o mundo, e particularmente para Portugal, foi sentida como merecedora da atenção do órgão mais expressivo do Povo Português, o seu Parlamento.

Evocámos aqui o início da Guerra em outubro de 2014 e aqui encerramos o propósito assumido de homenagear os Portugueses que nela se bateram.

Sr.<sup>a</sup> secretária de Estado da Defesa Nacional, Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Ana Santos Pinto, ficamos gratos por poder aqui estar, o que nos permite evidenciar o empenho tido por todos os Ministérios da Defesa de todos os governos que viveram este Centenário da evocação da participação de Portugal na GG, nos Teatros de Operações Africano e Europeu.

Ex.<sup>mos</sup> senhores professores doutores Adriano Moreira e António Telo; Ex.<sup>mo</sup> senhor deputado Dr. Diogo Leão, representando a Comissão Parlamentar de Defesa do Parlamento.

Agradecemos a vossa disponibilidade para intervir nesta sessão.

Minhas senhoras e meus senhores

Agradeço, em nome da Comissão, a vossa presença.

Está prestes a ser encerrado o período de vida desta Comissão Coordenadora da Evocação do Centenário da I Guerra Mundial.

Nesta sessão, nesta casa tão representativa da livre expressão do país, ao presidente da Comissão, ao intervir, e num contexto em que personalidades de reconhecido mérito no saber da História e das Relações Internacionais estão convidadas para proferir alocações sobre o que foi para Portugal o fim da Grande Guerra, enquanto participante ativo na mesma, julgo dever apenas dar conta de como julgo ter sido sentida esta evocação do Centenário da Grande Guerra.

E, em primeiro lugar, não posso deixar de manifestar publicamente o meu apreço pela colaboração que me foi prestada pelos membros da Comissão, os representantes dos Ramos, da Liga dos Combatentes e da Comissão Portuguesa de História Militar, que saúdo.

Apraz-me registar que em todas as iniciativas tidas por estas entidades, tenham ou não sido coordenadas pela Comissão, o que sempre foi tido como natural dado tratar-se de instituições com forte implantação nacional, sempre esteve presente o propósito acordado desde o início que foi o de:

– *Homenagear o sacrifício pedido ao Povo Português e em particular aos seus Soldados, que tudo deram para alcançar os objetivos que os dirigentes do Estado entenderam ser os adequados para a sobrevivência soberana de Portugal.*

Apraz-me, ainda, referir que o desenvolvimento das nossas atividades foi sendo descoberto e reconhecido por outras entidades e instituições, como é o caso da Assembleia da República, como o foram o de muitas associações, autarquias, algumas escolas e universidades.

Desse intercâmbio resultaram protocolos de significado, como foram os casos da RTP, dos CTT, da Fundação Calouste Gulbenkian e da Universidade Nova de Lisboa.

Houve duas iniciativas que claramente excederam os objetivos propostos.

A abertura de duas Linhas de Investigação:

- No IDN – *Pensar Estrategicamente Portugal: A inserção internacional das pequenas e médias potências e a Primeira Guerra Mundial, que teve como investigador principal o professor doutor António Paulo Duarte;*
- Na Academia Militar – *Tipologia da Conflitualidade e Beligerância Portuguesa na Grande Guerra com o professor doutor António Telo como investigador principal.*

Delas resultaram seminários nacionais e internacionais e testemunhos escritos que permitiram apresentar novos elementos para um melhor conhecimento da História de Portugal daquele período e que constituem, para o futuro, novas fontes para a investigação.

São mais de 30 as publicações já editadas no âmbito do trabalho desta Comissão.

É também de inteira justiça referir, aqui, o empenho que foi único do Ministério da Defesa Nacional, proporcionando os recursos para concretizar as propostas que a Comissão foi apresentando.

Mas creio também ser de referir a sensação que fomos colhendo de que a Grande Guerra, como aliás outras situações de conflito que lhe sucederam, continua a ser sentida como mais uma questão dos militares e não da Nação quando, afinal, o emprego dos meios militares é sempre uma decisão política do Estado, que representa a Nação.

Da Grande Guerra fica a ideia de que falhou a ligação político – militar, condição essencial para que a estratégia militar possa contribuir para a estratégia total, a do país, da responsabilidade dos governos.

Da evocação da Grande Guerra fica também espaço para reflexão.

Desde logo a que resulta do pensamento de um filósofo espanhol do início do século XX, António Santayana, que disse: "Quem não se lembra do passado está condenado a repeti-lo."

Fica também a evidência que este grande conflito, com causas que foram menores face à dimensão que acabou por assumir, teve, afinal consequências que são, ainda hoje, razão para a continuação da violência e constituem desafios à procura de uma solução.

Fica, ainda, claramente assumido que, em Portugal, as famílias dos antigos combatentes como que despertaram para o reconhecimento do seu sacrifício e do seu patriotismo.

Que este sentimento, que sentimos ter sido genuíno, constitua um estímulo para que os combatentes portugueses de outras guerras, mais próximas dos dias de hoje, não tenham de esperar 100 anos para serem também assumidos com o mesmo orgulho!

Sentimos, ainda, como que uma atração dos comunicadores, dos intelectuais, para apenas fazer eco do que foi mau, da desgraça, esquecendo que sobram motivos para nos sentirmos honrados por termos tido avós que se bateram por uma causa.

Gostaríamos que um dos resultados destas evocações pudesse ser a inversão desse sentimento doentio e auto flagelador sem que, contudo, a verdade seja posta em causa!

Sentimos, por fim, que valeu a pena ter existido esta Comissão que termina as suas atividades com o sentimento de dever cumprido.



Adriano Moreira  
Foto de André Pereira, 2018

## INTERVENÇÕES

# ARMISTÍCIO?

### ADRIANO MOREIRA

Podemos talvez adiantar, ainda que como hipótese, que a importância do Armistício e Paz da Guerra de 1914-1918, no que toca a Portugal, tenha uma compreensão dependente do que foi a dimensão da crise colonial que pesou no fim da Monarquia.

Talvez o primeiro elemento do processo tenha sido o incidente do navio francês *Charles et Georges*. Tendo sido abolida a escravatura, esse navio francês foi aprisionado pela marinha portuguesa, em 1856, nas águas da Baía de Conducia, por transportar cento e dez negros destinados a ser vendidos como escravos; esse navio foi enviado com escolta até ao Tejo.

A França ameaçou com uma intervenção armada, que não diminuiu o vigor do pensamento de Sá da Bandeira contra a escravatura, mas o processo acabou com a condenação portuguesa a restituir o navio, e a pagar ao proprietário uma enorme indemnização. A humilhação foi ressentida pelo Povo Português, no período marcado pelo triste reinado de D. Pedro V. As vitórias obtidas, com a intervenção arbitral do presidente Grant dos EUA, reconhecendo a soberania portuguesa, contestada pela França, sobre a Ilha de Bolama na Guiné, da intervenção arbitral de Mac-Mahon a favor da igual soberania em Lourenço Marques, não compensaram.

Porém, não vinha longe a questão do Mapa Cor-de-rosa, que Barros Gomes, em 1887, apresentou ao Parlamento, reivindicando uma espécie de Província Africana de Angola a Moçambique, quando Cecil Rhodes, fundador da "Chartered Cy" que pretendia estabelecer uma linha de caminho-de-ferro do Cabo ao Cairo, provocando um incidente, de que foi vítima Serpa Pinto quando, para defender-se de um ataque dos africanos makololos, decidiu responder, com a infelicidade de não ter respeitado o facto de eles erguerem a *Union Jack*, que lhes fora dada por missionários protestantes, e deste modo ofender a Grã-Bretanha.



Daqui ao *Ultimatum* de 1890, uma forma de agir que tem sempre a solução de a potência mais poderosa impor a sua vontade, implicou a renúncia às pretensões do Mapa, com a demonstração da fraca administração colonial que de 1839 a 1851 tivera 18 ministros do ultramar, e uma profundamente sentida humilhação nacional, que o sacrifício de Silva Porto ao fazer-se explodir para não sofrer indignidades que cometeriam sobre ele nativos, nem os feitos da geração que incluiu Paiva de Andrade, Caldas Xavier, Aires de Ornelas, Freire de Andrade, Paiva Couceiro, António Enes, e Mouzinho de Albuquerque; este o que mais impressionou a população portuguesa, ao vencer e prender o Gungunhana, nome que significa o Invencível, antes graduado militarmente (coronel honorário, com uniforme e pensão) e a quem, todavia, a Rainha Vitória enviara uma taça de prata com esta gravação: "To Gungunhana from Vitória Queen", com acompanhamento de mil espingardas de boa marca.<sup>1</sup>

Isso não impediu que a Monarquia fosse atingida pela crítica de não ser um regime sequer capaz de defender os interesses ultramarinos nacionais, que os Republicanos criassem o Hino que seria o Hino Nacional depois de 1910, embora com o cuidado, na mudança, de substituir o apelo à "marcha contra os bretões", pela mais ampla e nobre de "marcha contra os canhões".

O assassinato do rei D. Carlos e do seu príncipe herdeiro, o jovem D. Luís, duque de Bragança, sendo breve o reinado de Dom Manuel II, foi o prego do triunfo republicano. Este sentimento foi aparentemente o que levou Afonso Costa, chamado "o rei sem coroa" do início do novo regime, e, depois de vários outros cargos ministeriais, chefe do governo em 1913-1914, 1915-1916, e 1917, a assumir a intervenção na Guerra de 1914-1918, tendo certamente presente as experiências que dinamizaram o republicanismo, e a esperança de Portugal estar no processo de negociação dos vencedores, onde a partilha de interesses poderia incluir a expropriação das colónias portuguesas.

Nesta evocação do 1.º Centenário da Participação de Portugal na Guerra de 1914-1918, a comparação entre a concentração global de efetivos aliados e de meios de ação explica porque é que os aliados não pretendiam a nossa participação militar, cuja debilidade conheciam, mas não poderiam impedir que a geografia exigisse usarem o *poder funcional* de algumas das nossas possessões, designadamente no Atlântico.

Por isso, a nossa África de então foi envolvida no Teatro de Operações Africano, em Angola e Moçambique, em resultado da agressão alemã, e ali os nossos soldados sofreram com as graves faltas das capacidades necessárias, desprovidos designadamente de assistência.

Pelo que respeita à intervenção na Europa, ficou como símbolo do sacrifício a imagem do Soldado *Milhões*, um pastor transmontano que recebeu a Torre e Espada: uma fotografia da época mostra o general Gomes da Costa perfilado e fazendo a continência ao soldado que ficou conhecido pelo nome que lhe deu o tenente-coronel Ferreira do Amaral, querendo sublinhar o valor da sua ação exemplar.

O monumento que, na Avenida da Liberdade, em Lisboa, recordava a Batalha da Flandres, perdeu a celebração anual do desfile que recordava o acontecimento, com o argumento de que nenhum país tinha um monumento à derrota: tinha sido esquecido que era um monumento à coragem.

Quanto às causas da Guerra, distingue-se uma advertência de Bismarck no sentido de que uma simples leviandade poderia desencadear um cataclismo.

E embora tenha de recordar-se que a Internacional Socialista, desde o seu Congresso de 1907 em Estugarda, tinha retomado o esforço, tantas vezes frustrado na história europeia, de estabelecer um programa impeditivo de mais uma guerra, a organização das alianças correspondia à precaução dos Estados quanto à confiança recíproca: a França, dirigida por Raymond Poincaré, pretendia a aliança da Rússia, a Alemanha queria manter a aliança com o Império Austro-Húngaro.

A leviandade foi o assassinato, em Sarajevo, na Bósnia, em 28 de junho de 1914, do arquiduque Francisco-Fernando, herdeiro do Império Austro-Húngaro. A ação militar que este decidiu foi declarar guerra à Sérvia em 28 de julho, desencadeando o processo apoiado no que em França se chamou *Union sacrée* e na Alemanha *Burgfrieden*.

Ao contrário do previsto, foi uma Guerra que seria chamada "das Nações", durou mais de quatro anos, provocou mais de dez milhões de mortos, um número aterrador de mutilados e doentes, e destruições, incluindo navios, de valor incalculável.

A estrutura política estava abalada, com os Impérios (Alemão, Russo, Austro-Húngaro e Turco) esmagados, e com os valores das sociedades civis desacreditadas.

Em 11 de novembro de 1918, a Alemanha assinaria o armistício, e, finalmente, tinha de enfrentar as dificuldades do Tratado de Paz, assinado em Versaillles, em 28 de junho de 1919, seguido dos Tratados com a Áustria (10 de setembro de 1919), com a Bulgária (27 de novembro), com a Hungria (1920), com a Sérvia (1920), este substituído por novo texto em 1923.<sup>2</sup>

Vejam os alguns princípios que resultaram de uma nova hierarquia das potências, que resultaram do confronto de Clemenceau, que representava o espírito do passado europeu, e, portanto, incluindo a não esquecida hegemonia da França, e, pela primeira vez, a revelação da supremacia dos EUA representados pelo presidente Wilson, um idealista da paz universal.

No ideário de Wilson estava dominante o conceito americano do seu “destino manifesto”, que os levava do Atlântico ao Pacífico, do “interesse nacional permanente, de conteúdo variável”, de ser “a casa no alto da colina”, visando a proeminência mundial.

A unidade de referência da organização proposta dava por destruídos os impérios, em favor do princípio dos Estados-Nações.

Tendo Clemenceau obtido o que considerava a segurança da França pela imposição da limitação da capacidade militar da Alemanha, que extingiria o seu Estado-Maior, e desmilitarizaria a fronteira do Reno, foi o idealismo de Wilson que dominou o Tratado.

Da destruição dos impérios resultou uma total remodelação da geografia política europeia, e, pela primeira vez na história, a tentativa de organizar o *globalismo*, este ainda sem batismo, com a aprovação dos “14 pontos” que Wilson apresentara ao Congresso em 1918, e que, apoiado nesses pontos, negociara a paz com os alemães. E finalmente vinha à Europa um presidente americano para orientar a criação de uma Sociedade das Nações.

De facto, a Europa foi secundária nos trabalhos, a igual dignidade dos Estados não foi respeitada, e os EUA identificavam-se não como “aliados”, mas como “associados” dos vencedores. Como muitos dos 27 Estados considerados vencedores não tinham tido participação apreciável na Guerra, no próprio texto se inscreve o princípio do Diretório com o “Conselho dos 10”, sendo dois da França, os EUA, a Inglaterra, a Itália e o Japão, reduzido em poder diretivo pelo que foi chamado “Conselho dos 4”, Clemenceau (França), Wilson (EUA), Lloyd George (Inglaterra), Orlando (Itália); de facto Wilson e Clemenceau.

Portugal ganhou estar na Mesa de Conferência, desfilar as tropas sob o Arco do Triunfo em Paris, salvaguardar o domínio colonial, tentar reorientar a política interna com o breve governo de Sidónio Pais que seria assassinado, e chamando Afonso Costa a ser por Portugal representante na Conferência de Paz em Versalhes, e, depois, na Sociedade das Nações, tudo como que uma simples apaziguadora homenagem.

Consta que um general alemão declarara que o Tratado de Versalhes não era um Tratado de Paz, mas um Tratado de Armistício para 20 anos. Se verdade, tinha talvez presente que a Alemanha não se conciliaria com a severidade das obrigações que feriam a ideia da “paz sem vitória”, designadamente “reparar” os desastres dos conflitos: coisa de que, justamente 20 anos passados, um antigo cabo do exército alemão vencido, Hitler, usaria para excitar o nacionalismo alemão e desencadear a II Guerra Mundial.

Politicamente a Europa iniciou o declínio político. Wilson veria o Senado Americano recusar a ratificação do Tratado de Versalhes, a Sociedade das Nações, em que os EUA não entrariam, não adquiria a autoridade suposta, e a nova geografia política da Europa ficava semeada de disputas territoriais e de minorias.

Em todo o caso, à Europa sangrenta da Guerra de 1914-1918, seguira-se uma época de regresso à normalidade, de prosperidade material, embora, como foi notado, com uma Europa da Revolução, uma Europa da Contra-Revolução, e uma Europa da Democracia, mas na hierarquia dos poderes, uma Europa enfraquecida.

A Ata final do acordo de Locarno (16 de outubro de 1925) anunciava a união dos governos alemão, belga, britânico, francês, italiano, polaco, e checoslovaco para encontrar a paz, coroando os esforços de Aristides Briand.

Isso não impediu que as diferentes Europas fossem desafiadas pelos totalitarismos, avançando para a tragédia de 1939-1945, ficando pelo caminho a falência da credibilidade da Sociedade das Nações, paralisada historicamente quando o Negus da Etiópia ali proferiu o histórico discurso em que pedia a defesa do direito contra a invasão italiana.

O problema angustiante neste ano da graça de 2018 é saber se a paz dessa última guerra é também apenas um armistício em vista da Arena Global em que a “terra casa comum dos homens” se transformou.

Num artigo já de 2013, Dominique Vidal, um jornalista atento às Relações Internacionais, abordou, apenas por enumeração, “Uma Análise Geopolítica dos Conflitos”, pondo em destaque os acontecimentos da Ucrânia, referência alarmante que o levou a concluir, em 2015, no quadro do panorama dos conflitos contemporâneos, que estava reaberta a tensão entre a Rússia e os Estados Unidos da América, apenas dois decénios corridos desde a vitória do Ocidente sobre a União Soviética.

O intervalo que, desde a data em que assinaram a paz da I Guerra Mundial, agora celebrada pelo centenário, algum dos interventores alemães vaticinara que se tratava, não de uma paz, mas de um armistício para 20 anos. Foi o que aconteceu.

Seguindo as suas inquietações, e tendo inevitavelmente presente as variedades típicas dos conflitos, Vidal introduziu uma distinção entre “conflitos interestaduais, conflitos não estaduais e violência unilateral”.

De facto, Vidal estava a tornar-se problemática a suposta supremacia global dos EUA, colocando em questão a segurança com que Fukuiama anunciara “o fim da história”, com o globalismo a multiplicar os desafios no que respeita à governança atribuída, com os desastres do Iraque e do Afeganistão a servirem de aviso, com o abalo da crise financeira e económica a destruir a hierarquia suposta das potências vista a dispersão das capacidades, não apenas económicas e até científicas, mas sobretudo militares, nestas últimas destacando-se a multiplicação dos titulares das armas nucleares e estratégicas.

A referida diversificação dos conflitos, adotada pelo Uppsala Conflict Data Program, em cada ano vai permitindo anunciar as parcelas dos milhares de mortos que atribui aos modestamente chamados “conflitos menores de base estadual”, mas certamente foi a demonstrada capacidade de o fraco vencer o forte, comprovada pelo ataque às Torres Gémeas em Nova Iorque, e de os Estados militarmente menos poderosos alimentarem a solidariedade entre novos poderes, sendo que a lista é cada vez mais numerosa.

As estatísticas, que fortalecem o aviso de Vidal, apontam mais de uma dúzia de riscos na Ásia, devendo acrescentar-se os conflitos dinamizados pelos movimentos revolucionários que não poupam nem o Médio Oriente, nem o continente americano.

O que parece, neste 2018 atribulado, mais alarmante é que um conflito surgido entre potências atómicas, em mais de uma oportunidade apareceu possível pela relação inovadora no diálogo, sobretudo intermediado pelos meios de comunicação mundiais, entre o suposto forte EUA e a suposta fraca Coreia do Norte, capaz de criar uma leviandade responsável pela destruição da Terra.

Já depois de escrito este texto, o General Ben Hodges, ex-comandante das forças dos EUA na Europa, antecipa que “EUA e China estarão em guerra dentro de 15 anos”.

---

<sup>1</sup> Suzanne Chantal, *História de Portugal*, Editorial Surco, Barcelona, 1960, p. 441 e ss.

<sup>2</sup> J. Carpentier e F. Lebrun (Direction), *Histoire de L'Europe*, Editions du Seul, Paris, 1989, *passim*.



António Telo  
Foto de André Pereira, 2018

## UM SÉCULO DEPOIS – O QUE A GRANDE GUERRA ENSINA AO MUNDO DE 2019

**ANTÓNIO TELO<sup>1</sup>**

### **A GRANDE GUERRA E O MUNDO DE HOJE**

Vou tentar fazer uma comparação entre as condições existentes na Grande Guerra e o mundo de hoje. Há paralelos e coincidências? Não há e as aparentes semelhanças são uma mera ilusão? É tudo um produto das circunstâncias, ou há pontos comuns, elos lógicos que nos ajudam a entender o significado da mudança no último século?

Dito assim, os leitores informados compreendem que se trata de um objetivo muito ambicioso, porventura demasiado. É um tema que, a ser tratado, exigiria longos folios, explicações sobre os conceitos, teorias e estado da arte, análise comparativa das fontes e um sem fim de elementos que impediriam a compreensão do essencial, como é normal nas abordagens de hoje, onde as regras esmagam a inovação e o académico, em vez de ser o crítico de tudo, se torna por vezes o escolástico politicamente correto.

Vou fazer uma abordagem distinta, centrada em poucos pontos estruturantes, sem mencionar sequer o imenso universo adjacente à sua volta, sem a preocupação do estado da arte ou da definição de conceitos muito rigorosos. A minha preocupação central é a síntese, com o objetivo de entender o momento que vivemos, como ele se compara com a mudança há um século, qual o seu significado no médio e longo prazo. Muitas coisas serão ditas e incompletamente provadas; outras serão mais intuídas que explicadas; outras ainda serão escritas nas entrelinhas, na certeza que ainda não chegou o momento para que a maioria as entendam, ou para que quem as diga não pague um preço demasiado caro por as levar a passear sem “guarda costas de mentiras” (uma expressão de Churchill).

## A MUDANÇA DA HEGEMONIA

O sistema internacional nos últimos séculos tem sido criado à volta de uma hegemonia, que se afirma como elemento estruturante, tanto da posição como da sua oposição. Uma hegemonia não é meramente, ou até principalmente, uma questão de força. É principalmente um problema de valores. Os poderes ascendentes definem novos valores que vão estruturar o sistema internacional futuro, criam alianças e entendimentos a partir deles, modelam as instituições que os passam a defender e, se tudo isto for bem feito, no fim do processo tem a força que lhes permite impor as novas regras. Impor no essencial, nunca na totalidade, porque a oposição existe sempre e cria a dinâmica de evolução do novo sistema.

A ascensão de um novo poder global não é um processo rápido, que se resolve em anos ou mesmo numa década. Não é um processo pacífico, onde o essencial seja a lógica e o diálogo. É um processo longo, que normalmente se prolonga por décadas. É um processo violento, que passa por múltiplas guerras, pequenas e grandes, normalmente marcadas pela inovação militar dos poderes ascendentes e pela incapacidade dos poderes em queda de se adaptarem à mudança do mundo.

O anterior poder hegemónico não tem de necessariamente ser esmagado na transição, embora isso seja o normal. Há exceções. A mais importante é o notável caso do Reino Unido, que entendeu que não poderia prolongar a sua hegemonia e se aproximou do novo poder global (os EUA), promovendo e orientando (na medida do possível) a sua ascensão. Casos de lucidez e boas práticas como o do Reino Unido são raros. Os súbditos de Sua Majestade estão habituados desde há séculos a ficarem sozinhos contra tudo e contra todos (como aconteceu em 1940, ou como acontece agora, com o Brexit). Há igualmente casos em que a hegemonia não é exercida só por um poder, mas por vários em coligação. O melhor exemplo é o sistema mundial erguido nos séculos XV e XVI pela coligação entre os poderes ibéricos (Portugal e a Espanha).

Significa isto que o poder emergente que lança o desafio não vence necessariamente e que a ascensão do novo poder hegemónico se pode fazer em entendimento com o anterior e não em confronto.

No essencial, a Grande Guerra representa o primeiro momento da transição da hegemonia britânica e europeia para a americana. A hegemonia britânica era eurocêntrica, imperial, ordenada, hierarquizada, organizada em zonas mercantis fechadas, baseada numa democracia liberal elitista, onde menos de 20% da população tinha acesso ao voto (e isto só nas metrópoles, é claro) e marcada pela divisão do mundo entre poucos grandes impérios, num processo incentivado pela difusão das tecnologias da 1ª revolução industrial, ligada ao vapor e à eletricidade.

A hegemonia que os EUA criaram era muito diferente. Era uma hegemonia centrada num mercado global que se pretendia aberto, onde os valores mercantis eram os estruturantes, anti-imperial, pouco ordenada e hierarquizada, sem espaços fechados, baseada numa democracia de massas, num processo incentivado pela difusão das tecnologias associadas à 2ª revolução industrial, ligada aos combustíveis líquidos e aos seus derivados, como os automóveis e a aviação. Enquanto a hegemonia britânica era essencialmente estruturada a partir das regras de cada império, que podiam variar muito de caso para caso, a americana era global, estruturada a partir de organizações mundiais que estabeleciam e impunham as regras do jogo, a principal das quais devia ser a Sociedade das Nações, na visão de 1918.

O principal confronto na Grande Guerra não foi tanto entre a GB/França/Rússia e a Alemanha/Áustria-Hungria. A grande rivalidade, a importante para o mundo futuro, foi entre os EUA e os poderes europeus que defendiam os valores da hegemonia britânica. Os famosos "14 pontos" de Wilson, não eram dirigidos contra a Alemanha. Eram dirigidos contra o poder europeu como um todo, fosse o alemão ou o britânico. A aparência era de uma guerra entre os poderes aliados e os centrais. A realidade era uma rivalidade de fundo entre os valores americanos e os tradicionais europeus para definir as regras do grande jogo, do poder global. O que estava em causa e acabou por cair, era a lógica e o mundo eurocêntrico, por oposição à lógica americana. Foi uma mudança peculiar pois, em larga medida pela inteligência da GB, foi feita em harmonia, por um entendimento de fundo entre a GB e os EUA, que lutaram em conjunto contra os outros poderes emergentes.

A GB, em resumo, não podia contestar e opor-se de forma aberta aos valores americanos de 1918, pois isso iria contra uma grande parte da sua opinião pública interna e iria provocar um afastamento em relação aos EUA, quando Londres queria justamente o contrário. O Governo de Sua Majestade limitou-se a aplaudir, mas dizer que a sua aplicação era para um futuro incerto.

Foram os valores americanos, tal como definidos nos 14 pontos de Wilson, a vencer; só que não venceram em 1918, mas sim em 1945. São eles, aliás, que inspiram a maioria das revoluções posteriores a 1918, como a Turca, a Egípcia, a Chinesa ou a do Irão. Do mesmo modo, são os valores americanos que marcam o chamado pan-africanismo, que é a base dos movimen-



tos anti-coloniais do futuro. O grande problema, é que Wilson impõe os seus valores em Versalhes, mas os EUA se retiram das instituições que deviam defender a nova ordem e regressam a uma política tradicional em 1919. Os EUA, a maior economia do planeta, vê consagrados os seus valores de forma envergonhada e mitigada, mas não participa nas instituições que os devem aplicar.

Em termos simples, o resultado é o caos. Os poderes europeus vencedores são obrigados pelas circunstâncias a fazer uma vénia aos valores americanos, mas não os querem aplicar e, mesmo que quisessem, não teriam a força necessária num mundo agitado por múltiplas revoluções, a maior das quais era a Russa. O Reino Unido está no seu terreno preferido, pois sempre foi mestre em gerir a ambiguidade. Os EUA regressam ao “esplendido isolamento”, são o centro do sistema financeiro mundial e os credores de quase toda a Europa, mas não têm a vontade de aplicar os seus próprios valores. Os anos entre as guerras são um imenso paradoxo, com os poderes europeus obrigados a gerir a criação de um novo mundo, com valores que não são os seus e sem força. Esta é a base da grande confusão e é dela que nasce a 2ª Guerra Mundial. É por causa disto que, por exemplo, a revolução russa se consolida e cria a URSS, ou o nazismo alemão ascende com tanta facilidade.

\* \* \*

E hoje, que se passa? Há alguns paralelos?

Há, sem dúvida. O primeiro é a mudança das relações de forças globais. A Grande Guerra foi precedida por um fulgurante aumento do peso relativo dos EUA e da Alemanha e uma queda do da GB, França e Rússia. A evolução recente é marcada por um aumento fulgurante do poder relativo de estados como a China e a Índia (entre outros), o que é acompanhado por uma queda do poder da Europa.

Na realidade, a alteração do equilíbrio global nos últimos 30 anos é bastante maior que a concretizada nos 43 anos entre a reunificação alemã (1871) e o começo da Grande Guerra (1914). A Europa, muito dividida e enfraquecida, perdeu nos últimos 30 anos a sua indústria, a sua liderança tecnológica, a sua dinâmica de vitória, a crença nos seus valores tradicionais e o seu peso no campo militar e da segurança. O que parecia ser a vitória europeia em 1990, tornou-se num pesadelo, com a Europa rodeada de insegurança a Sul e a Leste, ameaçada a Norte pelo entendimento entre a China e Rússia e enfraquecida a Oeste pelo crescente distanciamento em relação aos EUA. A cegueira europeia é tal, que nem sequer lhe permite identificar as suas debilidades, entender que elas têm na base a colagem a valores do passado, perceber que, sem a renovação dos valores, não há regeneração possível.

Tudo se passa num imenso nevoeiro, onde a espuma é confundida com a onda, onde ninguém se entende, onde a divisão é maior que nunca, onde todos gritam, sem distinguir o passado do futuro, o importante do acessório. Se algo marca as últimas eleições europeias, seja na França, na Itália ou na Espanha, é a pulverização do voto, o que conduz fatalmente a executivos fracos, de composição eclética, sem programas claros de reformas de fundo, embora baseados na promessa da “mudança”. A Europa é hoje um exército, cada vez mais revoltado, mas sem pensamento ou general. É um período de confusão e debilidade, onde a maioria dos europeus já sabe o que não quer, mas ainda não sabe o que quer. Tudo é agravado pelos média, dominados pelos valores e pelos grupos de interesse do passado, que atacam as sementes do futuro e envenenam a opinião pública, sem entenderem que só a mudança no bom sentido permite cavalgar a imensa onda que marca o mundo presente; quem não a cavalgar será varrido por ela. A tentação é para dizer ao tempo que volte para trás, mas isso, embora seja um bom tema para canções, nunca se concretizou em milhares de anos da História e não há nenhum motivo para que hoje as coisas sejam diferentes.

## **A FRAQUEZA COMO CAUSA DA GUERRA**

Os grandes conflitos têm sempre causas muito variadas. Isto não impede que, normalmente, sejam desencadeados, não por um plano consciente e premeditado de alguém, mas por crises provocadas pela fraqueza de estados ou regiões. No caso da Grande Guerra é fácil apontar os “culpados”: os três grandes impérios não ultramarinos, formados por um mosaico de nacionalidades, que se estavam a desagregar, ou seja, a Turquia, a Áustria-Hungria e a Rússia. A crise em todos eles era tanto interna como externa. Em termos internos traduzia-se numa sucessão de revoluções falhadas (a de 1905, na Rússia, por

exemplo), golpes, motins e revoltas e no crescimento de novos fenómenos como os atentados terroristas, ligados a anarquistas ou a movimentos nacionalistas. Externamente, a crise traduzia-se em múltiplas pequenas guerras: a Russo-Japonesa de 1905, as três dos Balcãs, a guerra entre a Itália e a Turquia de 1911, por exemplo.

Estes três impérios em queda eram o barril de pólvora, que podia explodir a qualquer momento, provocando uma corrida aos seus restos que tinha o potencial de desencadear uma guerra geral. A fraqueza, sobretudo quando é interna, é o berço da guerra, porque aguça o apetite dos vizinhos, ansiosos por obterem vantagens relativas e consolidarem a sua posição. A fraqueza leva à fragilidade das soberanias e estas, por seu lado, conduzem ao vazio do poder, criando nos vizinhos a necessidade de intervir, quanto mais não seja, para impedir que outros se antecipem e consigam vantagens relativas.

A Grande Guerra foi um caso típico: múltiplos pequenos conflitos ao longo de uma década que acabam por levar a uma guerra geral, com um pretexto aparentemente insignificante.

\* \* \*

Hoje em dia o "doente" do sistema internacional, a região que vê o seu peso relativo descer mais depressa, é a Europa como um todo. Está rodeada por três lados de zonas de conflitualidade intensa, onde os grandes poderes estão diretamente envolvidos. A Sul, encontramos o caldeirão do Norte de África, com pelo menos dois estados colapsados, invadido por milhões de imigrantes clandestinos que provocam uma pressão imensa, aumentada pela zona de caos intenso do centro de África. A Leste, a Europa encontra as zonas de conflito intenso do Médio Oriente e da ex-URSS, seja na Síria, na Ucrânia ou nos estados bálticos. São conflitos muito diferentes do passado. Assumem as formas normais hoje em dia, onde a ciberguerra e a manipulação dos agentes internos são tanto ou mais eficazes que a força tradicional. A Norte, a Europa encontra o grande palco de rivalidade do Ártico, onde um entendimento entre a Rússia e a China (em larga medida facilitado pela cegueira europeia) permite um avanço para dominar as imensas riquezas futuras deste oceano e a essencial rota do Norte, a mais curta ligação entre a Ásia e a Europa. As manobras conjuntas de 2018 entre a Rússia e a China, concretizadas no exercício Vostok, são um sinal do que pode vir a ser a clivagem central do mundo futuro, os novos blocos globais, com a diferença que a Europa está fragilizada e se distancia dos EUA e estes hesitam sobre o caminho a seguir, cada vez mais virados para o Pacífico.

Mas será que a mudança no peso relativo da Europa é mesmo real e forte? Vejamos alguns índices, muito elementares, raramente mencionados. Em 1990 o PIB da China representava 2% do total mundial; hoje (2018) representa 16%, um aumento para oito vezes mais<sup>2</sup>; no mesmo período, o PIB da Ásia do Índico / Ásia Central passa de 1,7% para 4,1% do total mundial, um aumento relativo de 2,7 vezes mais. Para uns crescerem, outros têm de descer e, sem qualquer dúvida, nestes anos a principal queda é a do peso relativo da Europa como um todo (sem a Rússia e ex-URSS), que passa de 32% para 26% do total mundial, ou seja, passa de um terço para um quarto. Não se pode dizer que isto traduza uma queda do Ocidente, porque, por exemplo, os EUA mantêm o seu peso relativo à volta dos 25% da economia mundial e o Canadá ou a Austrália registam mesmo um muito ligeiro aumento. O que cai é a Europa e muito rapidamente.

Se em vez do peso da economia se considerar o peso relativo da defesa, medido pelos gastos com a defesa, a queda da Europa é ainda maior. Em 1990 ela representava 25% do total mundial de gastos com a defesa; em 2018 representa 16%, uma queda para dois terços. A perda das capacidades de defesa da Europa excede em muito estes números frios, porque a despesa europeia está pulverizada por mais de 30 estados, o que torna difícil lançar grandes programas – em contrapartida, os gastos da defesa da China ou dos EUA estão concentrados, baseados em grandes programas, que estruturam os pequenos e lhes dão uma lógica. Como igualmente não foi até hoje possível encontrar uma política de procura conjunta de sistemas de armas, a Europa está condenada a uma indústria de protótipos, que, no máximo, avança até à produção de pequenas séries. Nestas circunstâncias, cada unidade fica, pelo menos, cinco vezes mais cara que a equivalente produzida pela China.

Acresce a isto que a Europa tem vindo a perder o mercado de exportação de produtos da defesa (ficou reduzido para metade entre 1990 e 2018), ocupado pelas pujantes indústrias de estados como a China, Índia, Coreia do Sul, Singapura, África do Sul e Brasil. Significa isto que o custo dos seus sistemas aumenta ainda mais, com uma procura interna em queda associada a um mercado de exportação reduzido a metade. Escusado será acrescentar que é uma bola de neve, pois quanto mais caros forem os sistemas de defesa da Europa, mas difícil é a sua exportação, o que encarece ainda mais os produtos. Podemos ainda acrescentar um outro fator para explicar a queda da exportação europeia neste campo: é que a venda de um sistema de armas não é sobretudo uma questão de mercado; é principalmente uma questão de credibilidade de quem os

vende. Quem compra está interessado em saber se tem um parceiro seguro, em quem pode confiar no futuro, com força e valores firmes. A Europa perdeu credibilidade internacional nas últimas décadas e até países como a Turquia se afastam de parcerias na defesa com os estados europeus e vão buscar o apoio para o desenvolvimento da sua indústria na Coreia do Sul, na China ou na Rússia.

Em 1990 a Europa estava em quase todos os campos ligados à defesa, ao nível qualitativo dos EUA, muito acima da China, Índia ou outros. Hoje em dia, a China tem uma clara vantagem qualitativa sobre a Europa em áreas tão importantes para a defesa como a ciberguerra, o espaço exterior à atmosfera, os aviões de quinta e sexta geração e outros. Em parte, isto foi conseguido através da exportação em larga escala do *know-how* e das próprias fábricas de indústria de Defesa da Europa. Foi por este meio que, por exemplo, Estados como a África do Sul, Singapura, Austrália, Brasil, Coreia do Sul e outros criaram uma indústria de Defesa moderna que hoje exporta para a Europa<sup>3</sup>, invertendo a secular relação.

Mais uma vez não se trata de um movimento geral do “Ocidente”, porque enquanto a Europa cai muito no campo da Defesa, tanto em termos qualitativos como quantitativos, os EUA e a Austrália, por exemplo, mantêm a sua posição relativa e, no caso dos EUA, reforçam mesmo a sua vantagem qualitativa. Os EUA têm no campo da Defesa cada vez mais capacidades únicas, embora ainda não testadas numa guerra real contra um “par”, um poder equivalente – quando isto acontecer, poderá haver muitas surpresas. A dificuldade está em conseguir aplicar estas capacidades únicas: não basta ter a força, como os EUA provaram em 1919; é preciso que ela seja acompanhada do pensamento e da vontade.

\* \* \*

A Europa, em resumo, é hoje o “doente” do sistema internacional. A sua força, tanto militar como económica é bastante menor que no passado, o seu peso relativo está em queda livre, as grandes rivalidades e as guerras rodeiam-na por três dos quatro lados, o afastamento em relação aos EUA é um imenso fator de fraqueza que lhe chega do outro lado (o Oeste), a integração faz marcha atrás, as rivalidades entre Estados são cada vez mais acentuadas e, pior do que tudo, a insatisfação contra as políticas dominantes em Bruxelas é maior do que nunca, mas pulverizada e incapaz de construir uma alternativa que permita maiorias estáveis. Tudo isto indica que a Europa vai continuar em queda nos próximos tempos. O seu problema central não é a força (embora cada vez menor), nem sequer a perda de capacidades (embora cada vez mais acentuada); o seu problema central é a dificuldade de renovar valores e construir um novo pensamento que seja a base de uma coesão futura, virado para solução dos problemas de amanhã e não para os fantasmas do passado, amarrada pelas correntes das ideologias do parque jurássico.

Um dos elementos mais reveladores da debilidade do atual pensamento europeu é a forma como encara os problemas emergentes. Há um afastamento em relação aos EUA? A culpa é do Presidente Trump e quando ele for afastado tudo volta ao normal. É evidente que nada voltará ao “normal”, porque o afastamento aos EUA se deve à mudança dos pesos relativos mundiais e à incapacidade europeia de articular um discurso moderno, que lhe faz perder a credibilidade junto dos EUA. Há dificuldades nas relações com a Iberoamérica? A culpa é do Presidente Bolsonaro e do Presidente Maduro e, quando eles foram afastados tudo voltará ao normal. É evidente que isso não vai suceder, porque eles são uma consequência dos problemas de fundo em que a região se debate e não a sua causa. Há problemas com a Rússia? A culpa é do Presidente Putin, dizem os “politicamente corretos” europeus. É caso para perguntar: que raio de coincidência é esta que faz com que repente só apareçam presidente “anti-europeus”, a Leste, a Oeste e a Sul. Só a Norte não; mas não é por mérito de Bruxelas ... é porque o Ártico não tem presidentes.

A crise, como sempre, começa com o colapso do pensamento. O pior, é que a crise quando se prolonga, conduz a que se coloquem em causa os alicerces da regeneração possível. Hoje em dia, por exemplo, vemos cada vez mais europeus a dizerem que o problema não é Bruxelas, mas sim a integração e a quererem regressar a uma “Europa dos Estados”. A Europa não tem futuro e não se pode regenerar sem um reforço da integração e sem uma renovação da democracia, que deve assumir formas adaptadas ao nosso tempo. O que é necessário é fortalecer a integração e passar ao passo seguinte; o problema é que isso é impossível de fazer com as políticas que hoje ainda controlam Bruxelas. Falta saber por quanto tempo.

A confusão atual, com valores do passado a dominarem as políticas do presente, para além de enfraquecer cada vez mais a Europa, caso se prolongue, pode levar a que muitos europeus apontem para a integração e para o sistema democrático como

a causa do problema. A realidade é o oposto: a integração e a democracia são os alicerces sem os quais não há regeneração possível para a Europa; simplesmente têm de ser renovados, para se adaptarem à mudança do mundo.

## PORTUGAL E A MUDANÇA DAS HEGEMONIAS

Na Grande Guerra aconteceu uma coisa muito curiosa. De repente, em 1917, os EUA instalam uma base naval em Ponta Delgada, com a GB a bater palmas. Isto é bizarro porque desde 1870 a GB tinha como ponto central da sua política para com Portugal que nenhum outro grande poder se podia instalar no Atlântico português, criando bases militares nos seus arquipélagos, sobretudo nos Açores. Desde 1898 que a GB, sempre que mudava um governo em Portugal, pedia ao novo gabinete a renovação destas garantias secretas e formais, dando a entender que disso dependia a continuação da aliança e, logo, a continuação do império ultramarino. Todos os governos (monárquicos e republicanos) de qualquer cor política renovam as garantias de imediato e alargam-nas mesmo<sup>4</sup>. O que é curioso é que isto se mantém como um segredo ao longo de 20 anos (1898-1918), só do conhecimento de alguns ministros, sem que o povo português fizesse qualquer ideia que estas garantias existiam. Num país em que era muito difícil manter segredos de estados – em particular com a mudança de regime em 1910 – é algo raro.

Os EUA, sabendo disto, negociam a base nos Açores, não com Portugal, mas sim com a GB, incluindo a questão dos Açores no acordo entre marinhas assinado quando da beligerância americana (1917). É a GB que cede a base nos Açores aos EUA. Acontece mesmo que Londres se “esqueceu” de informar Portugal desse fato, pelo que quando o primeiro navio americano chega aos Açores (o *USS Orion*<sup>5</sup>) é recebido com grande surpresa pelos portugueses.

Os EUA justificam junto da GB a base nos Açores pelo combate contra os submarinos alemães, não porque as rotas dos comboios passassem perto das ilhas, mas para impedir que elas fossem usadas como “base avançada”. A teoria era que poderia haver submarinos alemães que se abastecessem secretamente nos Açores para depois operarem na costa americana. A GB sabia perfeitamente que esta teoria era disparatada, mas decidiu, apesar disso, ceder a base em Ponta Delgada. Só pediu uma coisa em troca: que os EUA colocassem os seus preciosos destroyers na Irlanda e na França e não nos Açores, o que estes aceitam (os destroyers eram os melhores navios americanos para a luta contra os submarinos) – significa isto que, embora o combate contra os submarinos fosse o pretexto, o fato de aceitarem colocar os seus destroyers na Irlanda prova que Washington tinha outros objetivos nos Açores.

O que a marinha americana queria em Ponta Delgada era uma base para o futuro, que permitisse alicerçar o seu papel global na ordem internacional depois da guerra. Era uma visão não partilhada por toda a administração. Na realidade, só uma minoria da administração americana a defendia em 1917, mas ela dominava na US Navy. O seu grande promotor era o vice-ministro da Marinha, um senhor chamado F.D. Roosevelt, o futuro presidente dos EUA<sup>6</sup>. Foi por causa disto que competiu à US Navy gerir a base dos Açores em 1917-1919, sem qualquer participação significativa de outras instituições, nomeadamente dos diplomatas do State Department.

Era a primeira vez que os EUA se envolviam nos assuntos europeus e que decidiam projetar força para Leste (até aí só projetaram força para Sul e Oeste, com a exceção de algumas aventuras no Mediterrâneo). Portugal e os Açores foram a sua prioridade nestas circunstâncias, levantada logo na primeira reunião com a marinha britânica, sendo um assunto gerido pela US Navy em termos internos. As ambições globais são construídas pelo pensamento e pelas redes informais do comércio e das finanças, mas, mais tarde ou mais cedo, são alicerçadas na força, que não se pode exercer sem uma rede de bases adaptadas às circunstâncias. No caso dos EUA, a relação entre as duas coisas foi imediata e, logo em 1917, poucas semanas depois da beligerância, criam a base em Ponta Delgada. Em termos do combate aos submarinos no Atlântico, a base de pouco servia; para as ambições globais dos EUA no pós-guerra era essencial. Tanto assim era que, quando os EUA recuam nas suas ambições globais, em 1919, a US Navy logo sai dos Açores.

Portugal gere muito mal esta nova relação com os EUA, no que terá sido o maior erro de política externa da República. Para Lisboa, a presença americana é sobretudo um perigo, pelas possíveis consequências na opinião pública nos Açores, pelo que não aceita nenhuma das generosas propostas americanas, está sobretudo interessado em limitar a sua presença e aproxima-se da GB para se “defender” do que pensa serem as “inconfessáveis” ambições americanas. Era um erro colossal,

porque os EUA não queriam “anexar” os Açores e estavam dispostos a ceder generosos créditos a Portugal e a abastecer o país de tudo que lhe faltava, desde alimentos a energia.

A recusa portuguesa em aceitar qualquer “dádiva” ou pagamento acabaria por ser uma das principais causas do fracasso da República depois de 1919, porque agravou a situação e as divisões internas e porque está na base da imensa crise financeira do pós-guerra. Em 1919 todos os beligerantes aliados devem somas imensas de dólares aos EUA, a começar na GB, com a exceção de Portugal, que só tem uma imensa dívida junto da GB. Mesmo depois da guerra os EUA, embora a US Navy fosse obrigada pelo Congresso a sair dos Açores, ainda estão interessados em aspetos importantes para o mundo futuro, como aeroportos civis, rede telegráfica, estações de rádio, telefones; encontram pela frente quase sempre um muro de cimento, numa altura em que a GB já não levantava qualquer objeção (depois de 1919). Realço este ponto: os EUA depois de oficialmente serem bloqueados pelo Congresso na concretização das suas ambições globais em 1919, ainda continuam interessados no campo das comunicações e transporte. Há um evidente paralelo com o século XXI.

\* \* \*

E hoje? Será que se passa algo de semelhante no Atlântico Português, quando a hegemonia dos EUA é colocada em causa e a Europa está fraca e sem pensamento estratégico que mereça esse nome?

Basta recordar que nos últimos anos a China multiplicou as visitas de altos responsáveis, entre os quais o seu Presidente, a Portugal e, em particular aos Açores. Não expressou, que seja do meu conhecimento, qualquer interesse por bases militares, mas manifestou por várias vezes a vontade de investir no porto de Praia da Vitória. Para os leitores mais distraídos, Praia da Vitória é o porto que serve a base das Lajes, a poucos quilómetros desta, tendo sido transformado por capitais americanos durante a Guerra Fria no mais moderno porto dos Açores.

Há poucas semanas a China assinou mais um acordo com Portugal. O seu texto completo não é público, mas o Presidente da China afirmou publicamente que desejava transformar Portugal no seu principal parceiro estratégico na Europa. Foi também público que, de momento, o interesse da China nos portos portugueses foi desviado – por razões e formas que não posso explicar aqui – de Praia da Vitória para Sines, que tem o potencial de se transformar numa das mais importantes placas giratórias do comércio da China no Atlântico.

Como se devem interpretar estas iniciativas da China? É sabido e público que o mais populoso estado do mundo está a seguir um percurso paciente e cauteloso para assumir as responsabilidades globais. Não tem pressa e joga com o tempo, até porque conheceu mudanças tão gigantescas nas últimas décadas, que necessita de tempo para as assimilar. Enquanto o Ocidente pensa a 4 anos, a China pensa em termos estratégicos no longo prazo, como a Europa fazia há cem anos. Num primeiro momento a China criou as condições para as imensas mudanças internas, com a política de “um país, dois sistemas”, assimilou os restos do poder europeu nas suas fronteiras (Macau e Hong Kong) e estabeleceu uma área de influência local a pensar principalmente no oceano, a grande fonte de riqueza futura, mas sem esquecer a água continental, que a levou a consolidar a presença no planalto do Tibete, a placa giratória da ilha mundo, no conceito de Mac Kinder e, bastante mais importante, a linha divisória da água em toda a Ásia. No Pacífico, definiu três anéis de expansão, o que passou nomeadamente pela edificação de dezenas de ilhas artificiais, uma novidade em termos internacionais. Já consolidou a presença no primeiro (que vai até às Filipinas), avança no segundo (que vai até Guam) e coloca peças no terceiro (que vai até ao Hawaii), um território americano. É um processo lento, feito de pequenos passos “insignificantes”, que parecem não ter importância e só fazem sentido no longo prazo. É uma estratégia, em resumo. É o que falta à Europa.

Enquanto isto acontece, as Forças Armadas chinesas passam por uma gigantesca e fulgurante mudança, abandonando os conceitos de uma guerra de massas da China de Mao, diminuindo para menos de metade em termos numéricos, mas com um imenso pulo qualitativo, a pontos de hoje serem das mais modernas do mundo, com muitas capacidades acima da Europa.

Só nos últimos anos a China deu o passo seguinte, mostrando as suas ambições globais, que excedem em muito o Pacífico e as fronteiras tradicionais. O objetivo principal dos passos recentes é mudar o sistema económico e financeiro internacional, centrando-o na China, que é a segunda economia mundial e o principal agente do comércio internacional. É um objetivo de médio prazo, algo a alcançar nas próximas décadas. O Presidente Xi Jinping explicou isto muito bem, num discurso que fez no fórum de Davos (2017), ao criticar os que eram contra o livre comércio, explicando que era uma crítica aos EUA, e ao dizer que a China “assumia a responsabilidade de liderar o processo de globalização”. Chamo a atenção para dois pontos: os EUA eram



até há pouco os grandes defensores do “comércio livre” e se hoje colocam reticências a isto não é por causa do Presidente Trump, como muitos pensam, mas porque o mundo mudou e o “livre comércio” passou a prejudicar os EUA e a Europa – o livre comércio faz todo o sentido quando se baseia numa concorrência leal, em condições semelhantes; quando se baseia numa concorrência desleal, ele prejudica necessariamente um dos lados. Em segundo lugar, o “processo de globalização” e os seus caminhos são a aposta central do grande jogo, o núcleo à volta do qual tudo o resto se articulava (hoje é mais complexo). Quando o Presidente Xi Jinping, conhecido por medir cuidadosamente as suas palavras, assume formalmente a sua liderança, está a afirmar que pretende liderar o centro do sistema, o que passa por definir os seus valores e criar os mecanismos para os aplicar.

Como mecanismos externos imediatos foram definidos dois grandes eixos (e três internos, que não vou aqui explicar), onde se vai concentrar uma ação multifacetada, económica, financeira, política e cultural (ainda pouco no campo da defesa). O primeiro é o gigantesco projeto chamado “Nova Rota da Seda”, que podemos considerar o plano Marshall da China, com a diferença que este incide sobre a Europa, enquanto a ação chinesa se espalha por três continentes (Ásia, África e Europa). Tudo é apresentado como uma “ajuda ao desenvolvimento” e uma “ação humanitária”, pois incide nalguns dos países mais pobres do mundo, onde uma parte da população literalmente morre de fome. São abrangidos pelo menos 47 estados em três continentes, com que já se assinaram acordos. No conjunto são centenas de projetos, financiados pela China, não propriamente por doação (é um mínimo), mas com investimentos diretos e créditos em condições favoráveis. O financiamento é dado por organismos internacionais liderados pela China, tal como indicado no 13º Plano Quinquenal, aprovado em 2016. O financiamento direto não excede, por enquanto, os 40 mil milhões de dólares, mas os indiretos, com cobertura internacional, já são mais de 200 mil milhões e o processo ainda está no começo. A escala é maior que a do Plano Marshall.

Estamos a falar principalmente de projetos na área dos transportes, comunicações, infraestruturas de todo o tipo e na produção dos produtos que a China pretende importar no futuro. Não foi esquecida a cooperação cultural, como o generoso subsídio dado à Universidade de Cabo Verde, tendo como única contrapartida a obrigação de ensinar a língua e a cultura chinesa. Nada de importante, é claro... Mas estão aqui igualmente projetos na área da alta tecnologia, com a compra por baixo preço de muitas empresas, que representam uma transferência de capacidade e de cérebros em larga escala. A China, ao contrário da Europa, não esqueceu que é o pensamento que produz a força e que esta se alicerça na economia; convém primeiro criar a base económica, difundir os valores da nova ordem internacional e as redes e instituições que a alicerçam, sem esquecer a promoção da nova língua e cultura; a força virá a seguir, como algo natural e inevitável para defender o que se edificou. O que é mais, a força será lucrativa, porque garante e sustenta a base da economia e, como esta é partilhada, será multilateral. Alguém não esqueceu as lições da História, como a Europa parece ter feito.

Por enquanto a presença militar é muito reduzida na área da “Nova Rota da Seda”. Neste campo, a China ainda concentra os seus meios no Pacífico e nas fronteiras terrestres. A prioridade, por enquanto, vai para desenvolver a ciberguerra, o espaço, as tecnologias disruptivas, como os mísseis balísticos anti-navio, uma marinha pensada para uma ação a grande distância e uma frota de transportes estratégicos, com aviões mais modernos que o A400M europeu. Nos últimos anos a China colocou o primeiro pé no Índico no campo da defesa, a pretexto de precisar de bases permanentes para apoiar as ações humanitárias no Corno de África – a base em Djibouti, obtida por acordo com os EUA. Aliás, é provável que daqui a algumas décadas os historiadores de então descubram que a China discutiu a presença nos Açores com os EUA, antes de falar com Portugal. Outras bases se seguirão, nomeadamente em Moçambique. De qualquer modo, o importante de momento é edificar a “nova rota da seda” no campo económico e financeiro; não é pensar na defesa das suas 6 vias terrestres e 2 marítimas oficiais. Isso será a fase seguinte.

É um processo que, por decisão estratégica da China, passa por um entendimento com os EUA; mas passa igualmente por um entendimento com a Rússia; só a Europa como um todo fica de fora, essencialmente por falta de um pensamento estratégico e de vontade de o concretizar. Realmente, é preciso ser uma avestruz e enterrar a cabeça na areia, para não entender o que se passa. Há uns que praticam a estratégia global; há outros que a esqueceram, mergulhados em problemas corporativos de divisão da gordura do passado.

O segundo eixo externo definido pela China não é menos importante, mas é menos público, mais discreto. É a Rota do Norte, a ligação mais curta, via Ártico, entre a Ásia e a Europa. A rota do Norte ainda não está operacional; a mudança climática tem de avançar e são necessários importantes investimentos em meios de apoio para isso acontecer. Para valorizar este eixo, a China necessita de um entendimento direto com a Rússia. A Europa, com a sua política cega de hostilizar a Rússia,

facilitou-lhe o caminho, como sempre por razões ideológicas, esquecendo a famosa frase de Churchill quando a Alemanha invadiu a Rússia: “É verdade que eu disse que a Rússia estalinista era o diabo; mas se Hitler invadissem o inferno, eu teria uma palavra de simpatia para com o diabo”. Não se trata de ter uma “palavra de simpatia”; trata-se de ter um pensamento estratégico, que permite distinguir o importante do secundário em cada momento. Churchill sabia isto perfeitamente; a Europa de Bruxelas esqueceu o essencial.

Esta é uma das grandes diferenças entre 1914 e hoje. Em 1914 havia quem nos grandes poderes europeus pensasse numa estratégia de longo prazo baseada numa visão global, onde os seus interesses estavam no centro; hoje pensam no imediato, baseados numa visão ideológica virada para o passado, onde o elemento fundamental é o tipo de regime de um estado – é um sintoma da decadência da Europa, que começa pela incapacidade de entender a evolução, a grande mudança do nosso tempo.

O acordo entre a Rússia e a China abre a possibilidade da Rota do Norte, não só no sentido de ela ser usada pela navegação e se tornar o principal elo do comércio internacional, o que implica fortes investimentos, como no sentido de permitir a exploração das imensas riquezas do Ártico, possivelmente muito mais importantes que as do Médio Oriente. Esta é a segunda grande aposta externa da China, por vezes apresentada como inserida na “Nova Rota da Seda”, mas, na realidade com uma lógica diferente. Uma contempla o Sul; a outra o Norte. Aqui a presença militar da China pretende ser mais forte, mas mais discreta, porque facilitada pela Rússia, interessada em partilhar tecnologia e encontrar mercados para a sua indústria de defesa. A rota do Norte tem ainda o interesse de flanquear o Japão, o principal rival da China no Pacífico e levar a China para a zona americana.

Alguns estados europeus já entenderam o que se está a passar, principalmente a GB, Islândia, Noruega, Finlândia, Suécia e Dinamarca, que viraram toda a sua defesa para Norte e se preparam para o pior. Bruxelas continua cega, o que é normal. Se Bruxelas incentiva a ameaça que vem do Sul com a sua cegueira, porque é que devia ter mais discernimento em relação à do Norte?

A “Nova Rota da Seda” e a Rota do Norte são as autoestradas do novo sistema económico internacional que a China pretende criar, em entendimento com os EUA, sempre que possível, mas batendo o pé, sempre que houver força para tal – até agora a China firmou sempre os pés em terreno firme e ainda não praticou erros de arrogância e passos apressados. Os dois eixos vão-se encontrar nada mais, nada menos do que no Atlântico português, que, de repente adquire um significado estratégico completamente diferente do passado recente. Os EUA e a Europa de Bruxelas ainda não o entenderam, embora seja de esperar que o façam nos próximos anos (os EUA sim, a Europa de Bruxelas só se mudar muito). Alguns estados europeus já perceberam o que os espera e é neles que Portugal se deve apoiar. Curiosamente, hoje em dia, a secular aliança, o entendimento privilegiado entre Lisboa e Londres, continua mais atual que nunca. E mais não devo dizer.

Cem anos depois vamos encontrar de novo os Açores no centro das disputas estratégicas, das visões de longo prazo dos poderes emergentes, sejam as económicas ou as de defesa, intimamente ligadas. Quando os EUA decidiram assumir responsabilidades globais, a primeira coisa que fizeram foi colocar um pé nos Açores, mesmo com uma administração central dividida; cem anos depois, quando a China decide oficialmente assumir a “liderança da globalização”, logo pensa nos Açores. É verdade que a História não se repete, mas temos de reconhecer que as semelhanças são grandes, e isto apesar de a China estar muito mais longe dos Açores do que os EUA estavam... e estão.

De qualquer modo, ainda só vivemos os primeiros momentos de um processo longo. É um processo onde, em última instância, se vai decidir o futuro da Europa: ou renasce com base em novos valores e uma outra maneira de pensar, o que implica entender o seu papel num equilíbrio global em grande mudança; ou continua a cair e passa a zona acessória e dominada, mais uma área de influência secundária dos poderes que vão marcar o futuro sistema internacional. O essencial, mais uma vez é o pensamento, a capacidade de entender a tempo as linhas mestras da evolução de longo prazo e colocar as peças nos lugares certos do tabuleiro, enquanto ainda é possível, antes de serem ocupados. Convém, aliás, não dizer em voz muito alta quais são os lugares certos do tabuleiro. Como sempre aconteceu, a força não é a alavanca do processo; é o seu resultado final, a conclusão desejada de um grande jogo de longo prazo. Tudo continua a ser muito claro; mas a ideologia do parque jurássico cega.

A continuação do processo não é certa; estamos numa encruzilhada que, no essencial passa ao lado da Europa. Será que o novo sistema internacional se vai continuar a construir num entendimento de fundo entre os EUA e a China, como Nixon preparou e Reagan e Trump aplicaram, sempre dirigidos pelos documentos secretos do National Security Council? Ou será que esse tempo já passou, e que o que nos espera é um confronto entre os blocos Chino-Russo e o Ocidente, onde se inclui o Japão e a Austrália? Uma outra Guerra Fria? A resposta não é fácil, porque ambas as opções estão em aberto. Em qualquer

dos casos, o significativo é que a Europa de Bruxelas já passou a entidade secundária, alguém que está fora da definição do grande jogo e que será enquadrado de uma maneira ou de outra, sem entender sequer o que se está a passar. A isto nos levou a colossal cegueira dos recentes responsáveis por Bruxelas, que cada vez mais se afirmam como os grandes inimigos da Europa e dos europeus. O Reino Unido é o grande especialista europeu na gestão da decadência, na forma de transformar a fraqueza em força, na aposta ambígua nos momentos de encruzilhada, na atuação pragmática, na maneira de obter vantagens com as clivagens dos adversários. Foi isso que fez o poder de Londres nos últimos 150 anos. Ou Bruxelas aprende rapidamente esta arte subtil, recorda o que esqueceu e esquece o que aprendeu na presente decadência, ou a queda livre da Europa vai continuar de forma irremediável.

## **A CRISE DOS REGIMES**

A Grande Guerra foi marcada em termos políticos pela crise do Estado Liberal do século XIX. Era um Estado que tinha feito a grandeza da Europa no passado e estava por detrás do imenso pulo da revolução industrial, a alavanca que colocou a Europa no centro do mundo. Era um Estado amplamente centralizado, capaz de mobilizar a população e a sociedade para a defesa, baseado num regime político de democracia elitista, onde votava 10% a 20% da população, marcado normalmente por dois partidos alinhados ao centro que se alternavam no poder. Era um Estado que intervinha fortemente na regulação da Defesa e não hesitava em impor um serviço militar realmente geral e obrigatório, mas não intervinha em praticamente mais nada, baseado no velho princípio que quando menos se interferisse com a economia ou a sociedade, melhor para todos.

Era igualmente um Estado e um regime em crise, logo em 1914, que em 1918 estava ferido de morte. A guerra acelerou imenso a crise do Estado Liberal, em dois sentidos.

Num primeiro e principal, obrigou o Estado a tornar-se intervencionista, numa escala nunca antes imaginada. A guerra obrigou, por exemplo, a reorganizar os transportes, planear a produção da indústria, regular os preços, organizar o racionamento, o que implicava intervir em todo o comércio interno e combater a nova criminalidade, como a explosão do contrabando e do mercado negro. De repente, um Estado que antes se mantinha estranho à economia vai a pontos de dizer à “mercearia da esquina” o que pode vender, a quem e por que preço, dando senhas à população para permitir a compra. Passou-se em muito pouco tempo do oito para o oitenta. Não era só a economia. O Estado passou a regular o ensino, orientando-o para as novas prioridades militares, tornando-o geral porque os soldados precisam de uma instrução de base e tornando-o mais curto, porque os jovens tinham de partir para as trincheiras mais cedo. O Estado intervém na cultura e na comunicação, com a criação de gigantescos ministérios da propaganda e com o controlo dos jornais, seja ou não através da censura. O Estado intervém na produção literária e artística, procurando que ela se torne mais um elemento da grande mobilização. O Estado intervém na saúde, com a criação de gigantescos sistemas públicos e centralizados para combater as pandemias, que mataram mais pessoas que o fogo inimigo (120 milhões por comparação com menos de 20 milhões). O Estado intervém nos costumes e na família, mobilizando as mulheres para as tarefas da retaguarda, retirando-as do lar, colocando-as a trabalhar nas fábricas. O Estado, em resumo, passou a fazer tudo o que antes condenava numa escala imensa e, de forma não calculada, abandonou o padrão do passado.

O resultado foi uma mudança gigantesca. Todos pensavam que o que se fazia acabaria depois da guerra, seria um curto pesadelo e, depois, “tudo voltaria a ser como dantes”. É claro que nada voltou a ser como dantes. O Estado intervencionista passou a ser uma necessidade da sociedade de massas, com sistemas de saúde, educação e segurança social públicos que cresceram em múltiplas vertentes no seguimento da guerra, pois era necessário enquadrar as populações na nova forma de democracia, a democracia de massas, muito diferente do passado.

A segunda grande mudança interna foi política. O sistema da democracia de minorias com partidos de elite pura e simplesmente não conseguia enquadrar as novas realidades criadas pela guerra e mobilizar as massas. Crescentes sectores da sociedade acediam à consciência política com a guerra e queriam uma participação ativa, criando instituições, partidos e exércitos privados de tipo novo. Resumindo uma evolução muito complexa, marcada por 26 revoluções (as duas Russas são somente um caso), 15 guerras civis, e várias guerras entre Estados (entre a Rússia e a Polónia, ou entre a Turquia e a Grécia, para dar só dois exemplos), que se articulam entre 1918 e 1929, a evolução política europeia seguiu no essencial dois caminhos.

Uma minoria da Europa (GB, França, Bélgica, Holanda e grande parte da Europa do Norte) renovam a democracia e criam uma democracia de massas, tal como acontece igualmente com os EUA e quase todos os domínios britânicos (Austrália, Canadá, etc.). A maioria da Europa, quase toda a Europa central e do Sul (com a exceção de estados como a Suíça, Checoslováquia e, parcialmente, a Polónia), acabam por ir parar a ditaduras, em larga medida porque as suas populações tiveram de escolher entre a democracia liberal do passado e a segurança e, sem surpresa para qualquer historiador, escolheram a segurança. Em resumo: onde a democracia se renovou e se adaptou aos novos tempos, perdurou e manteve a estabilidade da sociedade; onde isto não aconteceu, chegaram as ditaduras, com múltiplas cores e intensidades. Os paralelos com o mundo de hoje são evidentes, por mais que as clientelas do passado o neguem.

A Grande Guerra, em resumo, abre para um período de caos e conflitos selvagens e não para a paz universal. Os massacres praticados pelo Freikorps na Alemanha depois da guerra, por exemplo, excedem em muito os feitos por todo o Exército Alemão nos países ocupados em 1914-1918. Isto para já não falar na "guerra selvagem" entre a Grécia e a Turquia, com massacres em larga escala, ou das barbaridades praticadas na guerra civil da Rússia e da China, com massacres que fazem lembrar os tempos da expansão mongol no século XIII. O período de "guerras civis", vai-se ligar com os efeitos da grande crise de 1929 e, a partir de 1933, começam os conflitos internacionais que conduzem diretamente à 2ª Guerra Mundial, como a intervenção do Japão na China, da Itália na Etiópia ou de quase todos em Espanha. A vizinha Espanha conhece uma guerra selvagem e terrível, bem patenteada pela prática franquista de mandar desenterrar os mortos, para os "fuzilar" e enterrar de novo; ou a prática da República de fechar as populações nas igrejas, para depois as incendiar. Há sempre novidades na selva-jaria... A guerra da Síria hoje em dia não é muito diferente.

Em qualquer dos casos, seja no das ditaduras ou no das democracias de massas, o regime político é muito diferente do passado e pouco tem a ver com as democracias de elite do século XIX. São estados muito mais intervencionistas, que tudo regulam e se dizem preocupados em proteger os desfavorecidos, em redistribuir a riqueza, criando imensos exércitos de funcionários. Neste aspeto, o "New Deal" americano não é muito diferente do nazismo, embora um seja praticado por uma democracia de massas e o outro por uma das mais totalitárias ditaduras de sempre (com a eventual exceção da Rússia estalinista). O que sai da guerra são estados intervencionistas e com estruturas políticas de massas, sejam os novos partidos das democracias, sejam os partidos únicos das ditaduras, que surgem como o vértice de um amplo leque de instituições que enquadram politicamente as massas (sindicatos nacionais, corporações, organizações de juventudes, milícias, etc...).

A crise do Estado Liberal pode parecer um fenómeno externo ao conflito militar, mas está intimamente ligado a este. Como já explicamos a guerra surge em larga medida pela debilidade interna dos "impérios doentes" do sistema; ela é resolvida, tanto na Rússia de 1917, como na Alemanha de 1918, pelo colapso dos exércitos tradicionais, desencadeado simultaneamente pela pressão do inimigo nas trincheiras e pela oposição radicalizada na "frente interna", que ataca o Estado Liberal. A frente interna é a decisiva em quase todos os momentos de mudança e isto é particularmente verdadeiro em relação a Portugal. Muitas das mais espetaculares vitórias militares da guerra são um resultado principalmente de fatores políticos. Para além do colapso russo e alemão já mencionado, podemos citar a espetacular ofensiva aliada no Médio Oriente na fase final da guerra (favorecida pelo nacionalismo árabe e pela "missão bíblica" judaica de criar uma Pátria em Israel), ou o colapso da frente italiana em 1918, ou mesmo a ofensiva dos 100 dias, a última no Ocidente, numa altura em que exército alemão já tinha decidido que não valia a pena continuar a lutar. O nível militar na Grande Guerra, é sempre político-militar e quem não perceber isto, passa ao lado do essencial.

\* \* \*

E hoje? Será que se passa algo de semelhante? Será que temos igualmente um regime e um sistema político em crise, que alimenta e condiciona os conflitos?

Vamos acompanhar somente o caso da Europa, porque o mundo é hoje mais complexo e variado do que em 1914/1918. A Europa como um todo é hoje marcada por um regime que fez a sua força e pujança durante a Guerra Fria e que foi criado no essencial nos anos do chamado "milagre económico europeu", que correspondem a 1952-1973. É um sistema de democracia de massas, mas onde o Estado intervencionista dos anos vinte se transformou no "Estado-providência" dos anos cinquenta, dominado, em regra, por três grandes tipos de partidos, todos modernizados com nova roupagem depois de 1945: os

democratas-cristãos, os sociais-democratas e os socialistas. Havia diferenças entre eles, é claro, mas no essencial aceitavam as novas regras do jogo, partilhavam a crença nos mesmos pilares do sistema e nos mesmos valores centrais.

Foram estes partidos que promoveram a integração europeia, amplamente incentivada de fora com o rio de dinheiro dos EUA. Em termos de Defesa e Segurança, os regimes europeus apoiavam-se amplamente no “guarda-chuva” americano, com despesas com a Defesa que eram, como regra, metade das americanas. Isto permitia um desvio da riqueza social da Defesa para o Estado-providência e, como os EUA estavam lá para garantir as fronteiras frente ao poderoso Pacto de Varsóvia, não havia problemas. Em termos internacionais, eram regimes que acreditavam no livre comércio e na livre circulação, porque sabiam que os favorecia, enquanto se colavam às instituições criadas pelos EUA depois de 1945, desde o FMI, ao GATT e à ONU.

Até ao fim da Guerra Fria foram estes regimes que fizeram a prosperidade e a força da Europa, embora com sintomas de crise visíveis a partir de 1973.

Nas últimas décadas o mundo mudou muito. Já referi que a Europa perdeu em trinta anos uma parte substancial da sua força relativa e se tornou numa zona de maior fraqueza e debilidade. É um processo que tem uma manifestação externa, com a queda rápida do peso relativo, mas tem igualmente uma manifestação interna, bem mais preocupante.

Até há relativamente pouco tempo a coesão de União Europeia era forte e a adesão a ela era uma aspiração para quase todos os Estados da Europa, e mesmo de fora do continente, com a Turquia, Israel ou Cabo Verde a surgirem como candidatos. Hoje as divisões são evidentes, com pelo menos um terço dos Estados da UE a criticarem fortemente as políticas de Bruxelas, um dos principais a querer sair (GB) e os críticos a aumentarem cada vez que há eleições (como aconteceu recentemente na Itália, outro dos grandes). A Europa está mais dividida do que nunca, tanto no entendimento entre Estados como na evolução interna. As reformas “politicamente corretas”, ou seja, as falsas reformas de mera cosmética, tendem a falhar (como ficou patente recentemente com as políticas de Macron, em França), os líderes do passado, ligadas às políticas dominantes em Bruxelas, são sistematicamente derrotados nas eleições e afastam-se (como aconteceu recentemente com a senhora Merkel, na Alemanha), os críticos de muitos quadrantes crescem, mas estão pulverizados e não apresentam valores que sejam capazes de reunir uma maioria. Em quase toda a Europa, em resumo, a insatisfação é a maioria, mas não é capaz de apresentar uma frente unida e assumir o poder de forma consolidada (já assumiu o poder, mesmo pulverizada, em vários estados, como a Itália, Polónia, Hungria, Áustria, etc..).

É um paralelo evidente com o que acontecia com os “impérios doentes” antes da Grande Guerra, o que fazia que o exercício da soberania fosse cada vez mais frágil. Nem sequer faltam fenómenos como o terrorismo e as grandes migrações ilegais, que já existiam em 1914 na Áustria-Hungria, Rússia e Turquia, mas hoje são maiores e mais significativas.

Houve, em resumo, uma inversão de tendência algures nas últimas décadas, que levou a que se passasse de uma crescente união e estabilidade, para uma crescente divisão e instabilidade. As forças que no passado criaram a prosperidade europeia não conseguiram acompanhar a mudança rápida do mundo, perderam grande parte da credibilidade e apoio, passaram a ser encaradas como dinossauros que só sabem dizer que “mais do mesmo é a solução”, quando a maioria dos europeus já percebeu que “mais do mesmo” é a fórmula do desastre. Neste aspeto particular, a Europa atual faz lembrar mais a de 1918 que a de 1914. Não é a Europa que caminhou alegremente para a guerra confiante e segura; é mais parecida com a Europa profundamente dividida, descrente nos poderes tradicionais, caótica e violenta, que saiu da guerra em 1918, à procura de novas soluções, de novas verdades.

\* \* \*

Não é aqui o lugar para acompanhar as mudanças recentes que criaram um novo mundo, muito diferente do de 1980. Não podemos, no entanto, deixar de mencionar de passagem algumas, para que se perceba minimamente as razões porque as soluções do passado já não funcionam no mundo de hoje e porque as falsas reformas falham.

A primeira e mais importante de todas – por larga margem – é a crise ecológica, que se manifesta de muitas formas, desde o aquecimento global, à desertificação, à extinção das espécies, à mudança climática ou ao aumento dos fenómenos naturais extremos, como, por exemplo, “tempestades tropicais” que avançam até à Europa, algo nunca visto, ou os colossais fogos em pleno Dezembro na Califórnia. Há poucos anos ainda muitos negavam que existia uma crise ecológica. Hoje já raros o fazem, mas ainda poucos entenderam que ela é o centro a partir do qual tudo o resto se vai articular, não só nos próximos anos, mas nos próximos séculos. Quem não perceber isto, nunca poderá entender a lógica das grandes mudanças interligadas que a



humanidade está a enfrentar e menos ainda pensar numa resposta para os problemas de médio e longo prazo. Devo acrescentar que a única resposta possível não é defensiva, mas ofensiva, embora sem explicar a afirmação.

A segunda grande mudança, diretamente ligada à primeira, é o avanço do caos nas zonas mais afetadas pela crise ecológica. Entendo por "caos", neste contexto, a dificuldade crescente dos Estados em exercerem os tradicionais poderes soberanos no seu território, o primeiro dos quais é garantir a segurança dos cidadãos. O "caos" é um processo lento e cumulativo. São pequenas coisas que conduzem a uma paralisia crescente dos aparelhos centrais, que perdem eficácia, sem entender o que se está a passar, como se tudo fosse um produto do acaso, das circunstâncias de momento. Enquanto isto acontece, poderes paralelos crescem na sociedade e criam "ilhas de caos", como as favelas do Rio, por exemplo. No fim do processo, se ele não for invertido, o estado implode e nasce uma imensa confusão, com uma guerra civil diferente do passado, porque tem muitos lados e pouca lógica ou ideologia.

A zona de caos era muito pequena no final da Guerra Fria. Hoje corresponde a mais de um terço de África e uma parte substancial da Ásia, com fortes ilhas de caos na Iberoamerica e na Europa, que se tendem a alargar. Países como a Venezuela ou o México, para já não falar no Brasil, enfrentam uma guerra de caos nos seus primeiros passos, com largas dezenas de milhares de mortes violentas registadas todos os anos. Os números são esmagadores, embora normalmente ignorados pelos europeus<sup>7</sup>: 57 mil mortes violentas no Brasil anualmente; 25 mil no México; 16 mil na Venezuela; 10 mil na Colômbia, apesar do "fim oficial" da guerra civil; tudo mergulhado numa imensa corrupção alimentada pelos poderes paralelos. Depois disto ainda há europeus que estranham o resultado das eleições presidenciais no Brasil.

A terceira grande mudança, intimamente ligada às duas primeiras, é a ampla deslocação de grandes massas humanas, que tendem a fugir das zonas onde a crise ecológica e o caos são maiores, por razões fáceis de entender. Logo por azar, mas não por acaso, estas regiões, identificam-se com as que continuam a conhecer uma imensa explosão demográfica. Nelas a população duplica em 20 anos ou pouco mais, o que significa que têm populações muito jovens (mais de metade da população com menos de 20 anos), enquanto as regiões para onde se querem deslocar são marcadas por populações muito idosas. Como é normal e como sempre aconteceu, as populações jovens tendem a ser mais radicais e a facilmente caírem em fenómenos violentos, alimentados por explicações simplistas, enquanto as populações mais idosas tendem a ser mais moderadas e menos violentas. As grandes massas "errantes" da humanidade são um fenómeno normal na história do mundo, como aconteceu na crise final do Império de Roma, mas hoje a escala é maior e tende a crescer. É como se fosse um fenómeno meteorológico, com o ar a deslocar-se das altas para as baixas pressões, provocando o vento, por vezes muito violento. O que acontece é que, a partir de certa altura, a deslocação do ar faz com que as baixas pressões passem a ser altas.

A quarta grande mudança é a migração em larga escala das atividades produtivas. Nas últimas três décadas, por exemplo, a Europa perdeu mais de metade da sua indústria e certos países estão praticamente desindustrializados, como é o caso de Portugal. Alguns poderão dizer: não importa, porque hoje é o que conta é o conhecimento, os cérebros e as capacidades qualificadas. Curiosamente, são justamente estas que saem da Europa em larga escala com a desindustrialização em curso. A Europa tornou-se uma espécie de "universidade do mundo", que paga os estudos dos seus jovens com o dinheiro do Estado-providência, ou seja, de todos nós, para depois os ver partir em larga escala quando eles entram na fase mais rentável da carreira de vida. O livre comércio (que é diferente da livre circulação) favoreceu à Europa até há algumas décadas, mas hoje tornou-se num gigantesco problema, que só as avestruzes não querem ver. Os EUA já o perceberam; Bruxelas continua cega. A Europa hoje em dia é uma espécie de estância de turismo do mundo, com o turismo transformado na sua principal atividade económica. Vive à custa de um imenso património cultural que as gerações passadas edificaram no período de ouro, mas é incapaz de o renovar ou sequer de o manter como ele merecia. Será necessário acrescentar que o turismo é a mais volátil de todas as atividades económicas e basta um pequeno nada para o alterar em muito pouco tempo?

A quinta grande mudança é a "revolução informática", com os seus efeitos multifacetados, um dos quais é a inteligência artificial e a robótica, que colocam hoje em causa muitos dos empregos tradicionais nas sociedades mais ricas, sem criarem novos empregos em número semelhante.

Podia citar muitas outras mudanças de fundo no mundo, mas, para os objetivos deste texto sintético estas são suficientes. O que mostra a decadência europeia, é que pouco se fala nestes problemas centrais, sobretudo nos debates políticos.

Do que se fala é da manutenção dos privilégios criados no período de ouro, que já passou. Esses privilégios, só possíveis pela prosperidade do passado, estão hoje transformados em "direitos" das clientelas que o poder antigo criou, da lógica corporativa das instituições, como sempre preocupadas em satisfazer as suas bases de apoio, em distribuir a gordura que ainda

perdura a seu favor. A política europeia é hoje isto, tudo alimentado por escândalos numa escala inimaginável no passado, que começam no topo do sistema e não esquecem o futebol ou a cultura.

Em períodos de decadência “ninguém sabe que coisa quer, nem o que é mal nem o que é bem”, como dizia Fernando Pessoa, que viveu os anos da Grande Guerra. E isto acontece numa Europa que, em tempos idos, ensinou o mundo a pensar na estratégia multifacetada, elaborada para o prazo longo.

## **A PROCURA DA REGENERAÇÃO**

O termo “regeneração” é muito familiar para os portugueses. Na verdade, toda a História de Portugal nos últimos quatro séculos tem sido marcada pela procura da “regeneração”, acompanhada pela inevitável nostalgia pela época de ouro. Esta surge sem que normalmente se entenda o que permitiu a época de ouro, esse fenómeno peculiar e bizarro de um pequeno estado ditar as regras de um novo sistema mundial durante quase um século, antes de sucumbir à política de “mais do mesmo”.

A procura da “regeneração” era igualmente a grande ânsia da Europa em 1918, através de um caminho violento na maioria dos seus estados, ou por vias mais tranquilas, em menos de metade deles. Era a época em que nasciam novos pensamentos, alguns já cristalizados em “ismos” que marcariam o século XX (como o comunismo ou o sidonismo), mas outros ainda eram somente pensamentos soltos, teorias isoladas de marginais que não seguiam o politicamente correto, das quais nasceriam nos anos seguintes ainda mais ismos (como o fascismo, o corporativismo ou a social-democracia dos países nórdicos, que renovou a esquerda democrática).

Entre 1918 e 1933, ou até mesmo depois, a Europa é a grande confusão ideológica e de pensamento político, acompanhado por escolas artísticas que causam escândalo (futurismo, cubismo, dadismo, realismo socialista, etc ...). Era um caldeirão de ideias novas em ebulição. Um (poucas) acabariam por se consolidar para formar o novo poder, absorvendo o que de melhor as outras tinham; a maioria foram esquecidas e abandonadas; outras passaram a mitos, como uma espécie de anedota política, gerando figuras que ainda hoje escandalizam. Há que recordar que alguns dos artistas classificados como “jovens comediantes” de então são hoje considerados os grandes génios do seu tempo, como Almada Negreiros, em Portugal, ou Salvador Dalí, em Espanha. Nas épocas de mudança os “marginais” do presente tendem a ser considerados os génios pelas gerações futuras. Esta era a época em que, por exemplo, Fernando Pessoa era absolutamente ignorado pelos portugueses, admirado somente por meia dúzia de outros “marginais”, acusados de falta de bom senso, de agitarem as águas sem necessidade, como Amadeu de Sousa Cardoso, Boto, João Vilaret e poucos mais, todos de semelhante calibre e dimensão.

\* \* \*

O que hoje se passa na Europa não é muito diferente. A implosão (ainda não concluída) do pensamento político e artístico tradicional levou a uma explosão de novas correntes, escolas e teorias, a maioria incompletas, parciais, incoerentes, escandalosas e mesmo ridículas. Também agora, quando tiver passado o período conturbado da transição, umas acabarão por concluir a sua penosa gestação, ganhar coerência e tornar-se abrangentes, absorvendo o melhor de outras para gerar o novo poder, os novos “génios da arte e da cultura”, o padrão do ainda indefinido regime em construção. A grande maioria das ideias que agita o mundo hoje será esquecida por quase todos, passará para o limbo do mito e será citada futuramente só pelos historiadores, os especialistas do passado, como exemplo da grande confusão que era a Europa de 2019. Os futuros europeus dirão muitas vezes: “vejam lá que em 2019 eles ainda não tinham entendido que ...”. Sempre assim foi. Se, por exemplo, em 1800, fossem dizer a um qualquer europeu que a coisa mais importante que estava a acontecer no continente era a revolução industrial e não as guerras napoleónicas, ele sem dúvida se riria e pensaria “este indivíduo é um lunático”. E, no entanto...

## **PORTUGAL, A CENSURA E A GRANDE GUERRA**

A beligerância sempre foi uma causa de profunda divisão em Portugal. Eu, que escrevo sobre este assunto há cerca de 40 anos, também pensava e escrevia, há trinta anos atrás e mesmo depois, que ela teve quatro razões: o perigo para

as colónias, a ameaça espanhola, o afastamento britânico e a necessidade de prestigiar internacionalmente o regime. As investigações que fiz recentemente, o conhecimento mais aprofundado das fontes estrangeiras, exigem que mude esta opinião.

Estou hoje convicto que a beligerância portuguesa foi provocada por um pequeno grupo de políticos radicais, que escondiam os seus métodos e objetivos mesmo do seu próprio partido, e que tinham como motivação principal a consolidação no poder, que passava por transformar a generosa República de 1910 num regime radical de duvidosa democracia. Não foi a República que provocou a beligerância; foram os radicais, que queriam transformar o regime republicano com a guerra, de modo a manter o seu poder. Tudo o resto, nomeadamente o perigo para as colónias, era um mero pretexto.

Para o conseguir, estes políticos não hesitaram em:

- a) Atiçar no país a guerra civil intermitente que vinha detrás, com três revoluções e confrontos abertos (Maio de 1915, Dezembro de 1917 e Monarquia do Norte), dezenas de golpes e contragolpes, manifestações violentas, confrontos de ruas, atentados bombistas, assaltos e agressões permanentes, registando-se todos os meses mortos e feridos nos confrontos de rua em Portugal.
- b) Dividir profundamente as Forças Armadas, tentando impor pela obrigação da mobilização o modelo suíço do "exército miliciano", aprovado em 1911 e derrotado em 1911-1914, contra a realidade de um exército semi-profissional, o que os colocou em rota de colisão direta com a esmagadora maioria do corpo de oficiais profissional, que eram o inimigo a abater politicamente pelo projeto radical.
- c) Projetar as Forças Armadas para aventuras militares para que não estavam preparadas, sem uma base de sustentação, sem uma indústria de defesa, sem capacidade de transporte, sem equipamento e armamento moderno, sem conhecimento da nova forma da guerra, fosse a guerra das trincheiras na Flandres ou a guerra de movimento em Moçambique.
- d) Aumentar a fome e a doença no país e colocá-lo numa situação de total dependência das concessões externas, quando Portugal, se tivesse permanecido neutro, como aconteceu com a Espanha, a Holanda ou a Suécia, poderia ter negociado em condições muito mais favoráveis o seu abastecimento.
- e) Fazer tudo isto contra o desejo expresso e muito claro do aliado britânico, que sempre afirmou desejar a neutralidade colaborante portuguesa e não a beligerância e, ainda menos, o envio de forças para França.
- f) Apresentar os que queriam a neutralidade colaborante como "germanófilos", quando eles mais não faziam que defender a posição da GB e quando esta os considerava, de forma muito clara nos seus documentos internos, como os "amigos", enquanto os radicais eram a fonte dos problemas; documentos de Balfour e outros responsáveis britânicos afirmam, em 1918, que o governo de Sidónio Pais deve ser defendido pela Inglaterra, interessada em impedir o regresso do "Sr. Costa".
- g) Lançar a divisão e o confronto aberto entre a GB e a França, de modo a obrigar o aliado a aceitar muito relutantemente a beligerância portuguesa, o que funcionou no período intermédio da guerra, com o governo de Aristides Briand em França<sup>8</sup>, mas deixou de funcionar quando Clemenceau sobe ao poder em Paris<sup>9</sup> e retira o apoio da França aos radicais portugueses.
- h) Dar sempre provas de uma imensa cegueira sobre as realidades militares, como quando se aprovou (em 1912) o delirante projeto de dar a Portugal a terceira mais poderosa marinha da Europa, quando se insistiu em enviar um corpo de exército para França, contra os avisos do aliado britânico, quando se enviou a expedição de 1914 para uma armadilha em Angola, tentando provocar a guerra contra a Alemanha, ou quando se insistiu com os militares em Moçambique para passar à ofensiva contra a África Oriental Alemã em 1917, quando estes afirmavam de forma muito clara que isso seria abrir a porta a um desastre, o que se confirmou. E isto são só alguns exemplos.
- i) Recusar as propostas sensatas dos militares aliados e cair sistematicamente nas suas armadilhas e cascas de banana, como a recusa da proposta britânica (Setembro de 1917) para deixar só uma divisão portuguesa na frente em França, colocando a outra na retaguarda, como unidade de rotação; a não negociação, quando da cedência dos navios apreendidos aos alemães em 1916, de uns quantos que ficassem sob responsabilidade portuguesa para a rotação das expedições nacionais; a aceitação da proposta sul-africana de 1917 para desviar a ofensiva portuguesa em Moçambique para Nevala, o que foi o caminho seguro de mais um desastre militar. E isto são só alguns dos muitos exemplos possíveis.

- j) Promover a criação de exércitos privados para exercer violentamente o poder em Portugal, realidade que já vinha de 1908, mas cresceu muito depois da vitória da revolução radical de Maio de 1915 – a mais sangrenta de todas.
- k) Mentir de forma sistemática e consciente aos portugueses sobre as razões da beligerância, tentando sempre criar a impressão que Portugal entrava na guerra a pedido do seu aliado, quanto a realidade era justamente o contrário.
- l) Lançar sobre os militares as culpas dos inevitáveis desastres e afastar dos lugares de responsabilidade os mais competentes, aqueles que lhes diziam abertamente que a missão era "impossível" e iria acabar num desastre, como aconteceu com o General Garcia Rosado, em 1916, para dar só um exemplo.

\* \* \*

Quem eram os radicais guerristas portugueses? Uma pequena minoria dos republicanos, que correspondia ao seu maior partido (o chamado Partido Democrático, o menos democráticos de todos), mas era somente um de quatro (havia ainda o Unionista, o Evolucionista, os "amigos" de Machado Santos e mesmo o pequeno Partido Socialista, que se tinha de classificar como republicano). De fora ficava o movimento sindical, o movimento monárquico, o movimento católico (em amplo crescimento) e o associativismo rural, que foram sempre marginais em relação ao edifício político republicano. Retirando o partido de Afonso Costa, todas as outras instituições políticas portuguesas, eram contrárias à beligerância forçada. Um opunham-se abertamente à beligerância de qualquer tipo (grande parte do movimento sindical, de inspiração anarcossindicalista), enquanto a maioria defendia que se deviam aceitar os pedidos britânicos, mas sem forçar a beligerância (era a posição dos chamados anti-guerristas).

Vivemos assim uma situação peculiar em Portugal entre 1914 e 1918, quando um pequeno punhado de políticos, apoiados por grupos de civis armados que dominam as ruas de Lisboa e por uma rede de caciques que dominam as eleições, onde votam 5% dos portugueses, leva o país para a guerra contra a opinião da GB. É incrível que o tenham conseguido fazer e ainda mais incrível que tenham criado a ilusão na maioria da opinião pública que a beligerância era um pedido da GB. Isto prova que o grupo de Afonso Costa era formado pelos mais hábeis políticos do seu tempo, onde uma cegueira estratégica colossal, provocada por uma ambição delirante, se misturava com uma habilidade tática notável. Foi um processo democrático? Sem dúvida não foi, dentro dos critérios de hoje sobre o que é democracia. Pelos critérios de 1914-1918, numa Europa mergulhada na maior de todas as guerras, tudo depende de saber onde se coloca a fronteira.

A vizinha Espanha, que manteve a neutralidade até ao fim, beneficiou muito mais com a guerra, tanto em termos do seu comércio, como das finanças (com o crescimento das divisas e do ouro), evitou um endividamento externo, recebeu vantagens de ambos os lados, que a queriam atrair e ganhou prestígio nos acordos de paz de 1919, bem patente na Sociedade das Nações, onde será Madrid a obter o que Lisboa pretendia para si. E ninguém colocou em causa as suas fronteiras no fim da guerra, tanto na Europa como em África. É evidente que a Espanha foi igualmente abrangida pelos efeitos gerais do conflito, como o aumento dos preços, que agravou as tensões sociais, ou a influência nefasta dos beligerantes junto das organizações políticas internas. Os estudos de um Hipólito de la Torre Gomez e de outros historiadores nossos vizinhos analisam muito bem a evolução das clivagens espanholas com a guerra e a sua influência no vizinho Portugal.

\* \* \*

Mas se assim é, perguntarão alguns, porque será que hoje em dia há quem continue a repetir as mesmas mentiras e mitos, apresentando os políticos radicais que provocaram a beligerância como o farol da democracia, os mais argutos estrategas, os que defendiam os valores dos aliados contra o "obscurantismo" e os germanófilos<sup>10</sup>?

Não pode haver dúvidas que estes autores existem. Vemos obras recentes defender, por exemplo, que Portugal ganhou com a beligerância porque obteve cerca de 30% dos navios apreendidos à Alemanha, quando só a dívida de guerra contraída junto da GB para sustentar o CEP corresponde a mais de 200 vezes o valor dos poucos navios que ficaram para Portugal (e era só uma das frentes de combate). Vemos outros autores afirmar que foi graças à beligerância que Portugal manteve as colónias. A realidade é que todos os estados neutros mantiveram as suas fronteiras com a paz e o perigo para as colónias só vinha de uma de duas circunstâncias: ou a vitória da Alemanha na guerra, ou a beligerância forçada por Portugal contra o desejo da Inglaterra, que foi o que se concretizou. Foi a beligerância forçada, que colocou as colónias em perigo, ao permitir

à África do Sul e a Bélgica manifestarem junto da GB o seu desejo de ficarem com parte das colónias portuguesas no final da guerra; do mesmo modo, foi o acordo assinado por Sidónio Pais com a GB em 1918 que afastou esse perigo ao reafirmar a secular aliança.

Outros autores garantem que a beligerância veio “prestigiá-lo Portugal” internacionalmente e permitir a sua representação em Versalhes. A documentação britânica não deixa qualquer dúvida sobre a opinião do aliado em relação aos radicais que forçaram a beligerância, considerando-os sempre em documentos internos como um pequeno grupo corrupto, que domina Portugal por meios pouco democráticos, tem ambições desmesuradas e, sobretudo, representa um perigo para a Inglaterra. Isso contribuiu para que Portugal não obtivesse nenhum dos seus objetivos em Versalhes, não participasse em qualquer decisão importante e fosse afastado dos órgãos coordenadores dos novos organismos internacionais, ao contrário da neutra Espanha.

Porque então existe esta corrente de fundo? Por que razão os manuais escolares em Portugal continuam a afirmar que o país entrou na guerra a pedido do aliado? Por que razão os autores que dizem o contrário são perseguidos e afastados dos grandes meios de comunicação, que continuam a propalar uma imensa mentira histórica?

Há várias razões, umas mais fáceis de dizer do que outras e algumas ainda impossíveis de dizer no Portugal de 2019. Vou referir somente duas das possíveis.

\* \* \*

Em primeiro lugar, isso correspondeu a uma tática política dos próprios anti-guerristas no final da guerra. Sidónio Pais, ao subir ao poder em Dezembro de 1917 e ao aproximar-se da Inglaterra, que o apoia abertamente, a última coisa que pretende é dizer a verdade sobre a forma como a beligerância foi forçada. Quando, por exemplo, as câmaras sidonistas propõem que se realizem sessões secretas à porta fechada para discutir este assunto (os deputados de Sidónio não eram propriamente águias políticas), o Presidente logo o proíbe de forma absoluta. Na realidade, se as condições que levaram à beligerância fossem conhecidas dos portugueses em 1918, isso provocaria um imenso abalo, uma tremenda onda de indignação e fortes problemas na relação com os aliados, a última coisa que o sidonismo queria.

Depois da guerra aconteceu o mesmo, por outras razões. Nesta altura (1919 a 1925) o Exército tinha encontrado finalmente uma voz, um general com prestígio e tato político, que falava legitimamente em nome do Exército (era o seu Chefe de Estado-Maior) e negociou habilmente um acordo de cavalheiros com a nova República velha, renascida em 1919. Era um novo regime republicano, ainda no essencial dominado pelos radicais, mas com uma presença de republicanos moderados mais significativa. O acordo de cavalheiros, nunca escrito, era muito simples: o Exército institucionalmente não conspira contra o regime (Garcia Rosado não se envolveu nas muitas conspirações) e não promove movimentos como o das “espadas” de 1915, que foi um pronunciamento institucional contra os radicais. Em troca, o regime respeitava as tradições e regras normais no Exército, mantinha o seu comando tal como saiu da guerra, e evitava interferências excessivas na promoção dos quadros superiores. Foi isto que permitiu que Garcia Rosado, nomeado CEME por Sidónio Pais e seu braço direito na reforma do Exército em 1918, se mantivesse como CEME nos cinco anos posteriores à guerra, com políticos antissidonistas no poder.

Para conseguir que este acordo de cavalheiros funcionasse havia uma condição: todo o esforço militar na 1ª Guerra seria apresentado como motivado por razões patrióticas e como sendo um valoroso feito militar, um sacrifício de heróis para salvar a pátria dos agressores externos, um ponto alto da nacionalidade, um motivo de orgulho para todos os portugueses. Foi difícil obter este acordo, em larga medida porque os radicais no poder depois de 1919, tal como tinham enviado os militares para combater em missões impossíveis, não apoiam o regresso dos prisioneiros e descumam o cuidado dos feridos, dos mutilados e dos combatentes em geral. Isto provoca uma imensa onda de indignação entre os combatentes em 1919-1920 e os primeiros movimentos para a defesa dos combatentes são claramente inspirados pelas emergentes ideologias da nova direita europeia, virados contra os radicais republicanos. O comando do Exército combate estas tendências, pois a última coisa que quer, tal como tinha acontecido com Sidónio Pais, é que a verdade sobre a beligerância seja conhecida. O grande aliado do comando do Exército neste propósito é António José de Almeida, um republicano moderado eleito Presidente da República entre Outubro de 1919 e Outubro de 1923 (o único presidente que completou o mandato). Também ele não está interessado em que se discuta a beligerância, pelo que proíbe a formação da Liga dos Combatentes, enquanto este movimento estiver dominado pelos radicais de direita.

O acordo passa nomeadamente pela "lavagem" da imagem da guerra junto da opinião pública, apresentando toda a beligerância como um momento alto de heroísmo e sacrifício, motivado pelo mais puro amor da Pátria e mais nada para além disso. É uma mensagem inspirado pelo que se passa em França, entre 1919 e 1923. Os seus principais instrumentos são a criação do túmulo do Soldado Desconhecido no Mosteiro da Batalha, o exemplo máximo da Nação renascida, numa cerimónia a 9 de Abril de 1921; o gigantesco programa dos padrões da Grande Guerra, que mergulha Portugal numa fúria comemorativa, de onde saem largas dezenas de padrões, todos com uma mensagem patriótica, apresentando a beligerância como um sacrifício em nome da Nação – os dinheiros públicos lá estavam para pagar isto tudo, é claro.

Finalmente, em 1923, é dado o passo final. Os radicais de direita são afastados da direção do movimento dos combatentes o que permite que a sua Liga seja autorizada pelo Estado. A mensagem de Garcia Rosado prevaleceu e os estatutos da Liga afirmam, à cabeça, que a política, a religião e a ideologia ficam na porta de entrada e que a motivação da "Liga dos Combatentes da Grande Guerra" é somente a "exaltação patriótica do heroico sacrifício". Estas passam a ser as três palavras-chave nos milhares de cerimónias de corta-fitas que se sucedem a partir daí, sempre subsidiadas por dinheiros públicos: Pátria, heróis e sacrifício.

O que acontece, em resumo, sem desenvolver o assunto, é que entre 1919 e 1923 os republicanos moderados e as chefias militares chegam a um entendimento político-ideológico, compreensível na altura, que passa pela ocultação da verdade em relação à beligerância. É uma tentativa de obter um equilíbrio que permita a sobrevivência de um regime que continua frágil, instável e com pouco apoio na opinião pública. A vítima é a verdade histórica, mas é uma vítima normal que, sendo tão desconhecida quanto o famoso soldado, é facilmente silenciada.

O Estado Novo, a ditadura que se segue à duvidosa "democracia" da 1ª República, continua esta política oficial sobre a imagem da Grande Guerra, agora aplicada pela férrea mão da censura. As razões disto são muito bem explicadas num livro publicado em 1943 pelo Ministério da Guerra<sup>11</sup>, onde se pode ler uma frase de uma transparência cristalina sobre a beligerância portuguesa:

*"A História, passando uma esponja sobre os erros cometidos, registará unicamente o valoroso esforço militar de Portugal e a patriótica política intervencionista, que veio consolidar o direito que desde há séculos afirmamos nos sertões africanos, mandato que os nossos mortos com o seu valeroso sacrifício cimentaram".*

Está lá tudo, em tão poucas palavras! O reconhecimento que há que "passar a esponja" e o incentivo para que o estado assegure que tal é feito, com a obrigação de valorizar a "patriótica política intervencionista". Nem sequer falta a menção ao "valeroso sacrifício", uma forma indireta de dizer que a "patriótica política" não foi tão bem pensada como isso, pois levou ao sacrifício. Inclusive lá está a justificação para esta necessidade: consolidar o direito aos sertões africanos, justamente na altura em que eles começam a ser colocados em causa pela evolução do sistema internacional (1943). Tão claro! Tão fácil de entender! Não há dúvida que a melhor maneira de esconder uma coisa é deixá-la à vista de todos.

É por este processo que chegamos a um paradoxo no Estado Novo. As ordens da censura são para "passar a esponja", ocultar a verdade, valorizar a "patriótica política", o que, sem dúvida, obriga a colocar muita água na esponja. Curiosamente este é um ponto em que há um acordo total entre o Estado Novo e a oposição. A oposição democrática está igualmente interessada em valorizar a "patriótica intervenção" dos radicais republicanos, pelo que todos concordam em passar a esponja. É um processo tanto mais fácil quanto gerações de historiadores portugueses só conheceram os discursos oficiais e, muito parcialmente, as fontes nacionais. Assim não havia o perigo de alguém mais ousado não "passar a esponja", estragando o acordo geral – faltavam as fontes necessárias para tal. Como máximo, alguns historiadores, mais por intuição que outra coisa, entendiam que algo de muito anormal se passava, mas tudo que tinham eram os argumentos e as polémicas que saíram a público entre 1919 e 1923, quando alguns combatentes ainda tiveram liberdade para contar algo sobre a sua experiência real, testemunhos autocensurados mas muito reveladores – que hoje continuam a ser silenciados.

\* \* \*

E assim chegamos ao centenário, quando Portugal se coloca no grupo dos "evocadores" e não no dos "comemoradores". Passaram 40 anos sobre o fim do Estado Novo. É possível pensar que em quatro décadas de democracia moderna Portugal teria ultrapassado o "passar a esponja" e olharia com comiseração e pesar para os muitos que o fizeram involuntariamente (entre os quais eu próprio me incluo, nos escritos iniciais sobre este assunto) e com desprezo para os poucos que o fazem

conscientemente hoje em dia. Ao fim ao cabo, hoje já não existem "sertões africanos" a defender e já não vivemos com o medo da censura de rua da 1ª República ou da censura legal do Estado Novo. É possível pensar que isso aconteceria...mas não é verdade.

Hoje há um outro motivo, dos que se pode dizer (espero que sim...), para que isto não aconteça, ou só parcialmente aconteça. Já foi referido antes: é a "grande confusão" política, ideológica e de pensamento que varre a Europa atual e o pequeno Portugal como sua parte integrante. Os pilares tradicionais do regime que no passado criou a prosperidade da Europa estão ameaçados pelas rápidas mudanças e sentem o tapete fugir debaixo dos pés. O poder tradicional sabe que está em perigo, que contraria os ventos da História, pelo que é incapaz de fazer reformas de fundo para cavalgar a onda a que ninguém consegue fugir; faz o que o poder sempre fez nestas circunstâncias: cristaliza, congela num casulo de verdades oficiais, um universo do politicamente correto, que se apega aos mitos e pretende salvaguardar a imagem do que considera ser os seus antepassados políticos, a começar nos radicais republicanos. Mais do mesmo é a solução e a forma de o conseguir é fincar os pés na areia, negar tudo que é novo, e deixar que a onda passe, que tudo "volte a ser como dantes".

Felizmente, Portugal é no essencial uma democracia moderna e esta mensagem de parque jurássico não é completamente eficaz. A rede não é de malha fina e deixa passar muito peixe. Infelizmente, existe uma rede. Vemos hoje em dia, por exemplo, instituições financiadas por dinheiros públicos que, ao publicarem as memórias dos combatentes, quase só contemplam quem era guerrista; outras que pedem textos a autores, mas quando verificam que estes não estão conformes com a sua política de "passar a esponja", os mandam para trás e publicam somente a "verdade oficial"; outras ainda que deixam de convidar autores quando estes se afastam do "passar da esponja"; outras finalmente que dizem de forma aberta: pode falar... desde que não diga isto ou aquilo. Se estas instituições fossem privadas, nada haveria a dizer, porque cada qual tem liberdade de seguir a sua opinião com os seus meios; mas não são. São públicas e as suas direções são especialistas em distribuir os dinheiros públicos sem concursos, favorecendo as suas clientelas. São sintomas da decadência, sinais negros deste tempo conturbado e ingrato em que vivemos, onde a corrupção é a regra.

Há ainda outras razões para que isto aconteça, mas essas não podem ser ditas, mesmo nas entrelinhas.

A parte boa é que está em curso uma guerra pela História e pela imagem da Grande Guerra. A esponja da propaganda ideológica, a mentira da "patriótica intervenção", já não está sozinha no ringue. É certo que a mentira, por omissão ou ignorância, ainda domina, mas é contestada e os apoios públicos não estão só de um lado. O que se verifica, é que onde se realizam concursos públicos a "esponja" recua; mas onde a nomeação direta prevalece, baseada no compadrio e no tráfico de influências, os mitos dominam. Infelizmente os responsáveis que praticam sistematicamente a censura continuam em funções, como se isso fosse um assunto menor.

\* \* \*

Realmente pode parecer um assunto menor e sem significado. Que interessa que este ou aquele pratique a censura e só dê voz a um lado? Que interessa que as minúsculas cascas de amendoim a que a cultura tem direito, sejam desviadas a 90% para comemorações e cerimónias de corta fitas e não para a investigação séria? Que interessa tudo isto, perante as colossais mudanças em curso no mundo?

Interessa mais do que parece, porque é um sinal. Em tempos como o de hoje, onde tudo muda muito depressa, censurar o novo e gastar os parques fundos da cultura em cerimónias de corta fitas organizadas à volta das "três palavras" chave, é dificultar o caminho da regeneração necessária. Não é por causa disso que o "tempo volta para trás". Mas é por causa disso que a regeneração serena e de dentro tem mais dificuldades em avançar. Foi exatamente o que aconteceu no Portugal de 1919-1926 e o resultado foram cinquenta anos de ditadura; a democracia não se renovou e não se adaptou à mudança, caindo em crescentes contradições que promoveram a insegurança, pelo que se condenou a si própria.

Não é que hoje estejamos na mesma situação. Não estamos e Portugal é, no essencial, uma democracia europeia e moderna, com uma História viva, pluralista e polémica, como é normal em democracia. É por isso que é importante dizer que há quem tudo faça para que não seja assim, mesmo que só seja possível contar uma parte do que se passa. Porque a decadência não é irreversível, mas é ajudada pelo "passar da esponja", pela omissão disfarçada de História, transformada em propaganda e servida ao grande público por quem trata de assuntos académicos e distribui dinheiros públicos, sem ter pergaminhos e obra ou sem realizar concursos.

## AS INCONCLUSIVAS CONCLUSÕES

Vivemos numa encruzilhada, como em 1919; é um momento curto de uma transição longa. Há muitas semelhanças, mas importantes diferenças com a Europa de há um século. A mais significativa é que hoje o grande jogo é mais complexo, com níveis que antes não existiam e mudam tudo, como a secular crise ecológica que se começa a fazer sentir com intensidade (é só o começo), ou a interdependência acelerada pelo desenvolvimento da realidade virtual ou as imensas e aterradoras possibilidades da inteligência artificial (que também só agora mostram as reais potencialidades). O grande jogo de 1918 ocorria num tabuleiro de damas; hoje nem sequer é um tabuleiro de xadrez, mas sim vários interligados, cada um com regras próprias. É um grande jogo diferente do passado e as apostas em cima da mesa são muito maiores; já não é meramente a hegemonia, os seus valores e caminhos, o que já de si seria imenso; o que está hoje em jogo é mais, é a própria sobrevivência da humanidade, que tem a capacidade de se destruir a si própria de várias formas.

As boas notícias é que, tal como na Europa de 1918/19 há vários caminhos em aberto e as grandes opções ainda não foram tomadas, sobretudo na Europa. Ainda estamos na fase em que a Europa se está a convencer que as soluções do passado já não funcionam. Na Europa de 1919 encontramos os que souberam renovar a democracia, abrindo-a às novas necessidades sociais, criando partidos e instituições diferentes, adaptando-a de forma pragmática e evoluindo para as democracias de massas, com estados amplamente intervencionistas – foram a minoria. Encontramos também os outros, os que cristalizaram, cederam ao peso das clientelas do passado, não souberam promover reformas de fundo, calaram os críticos com a censura informal, puseram o poder do Estado ao serviço da manutenção do passado, foram vencidos pela tradição e pela inércia. Esses acabaram por destruir a democracia, caindo em ditaduras de várias cores e tipos, com um potencial de violência nunca antes imaginado – foi o caso da maioria das sociedades na Europa.

Hoje em dia só podemos ter a certeza que os valores, regimes e tradições do passado recente não se vão manter, que a mudança de fundo é necessária e acabará por se impor, de uma forma ou de outra. O tempo não volta para trás e a evolução não se congela, gostemos disso ou não (eu não gosto). Não sabemos ainda o caminho, ou caminhos, que cada qual irá seguir, mas a crescente complexidade do processo, o peso das gigantescas clientelas criadas pelos regimes do passado, a ineficácia das soluções defensivas que hoje prevalecem em campos fundamentais, não nos permitem ser demasiado otimistas.

O potencial para o desastre é imenso; imagine-se somente o que seria um regime como a Alemanha nazi numa sociedade moderna, com armas de destruição massiva, meios informáticos e a robótica ao seu serviço. Uma vez edificado, seria muito difícil de derrubar, fosse por forças internas ou externas. Infelizmente, é mais difícil imaginar a utopia de uma transição tranquila e pacífica, com a criação harmoniosa de uma espécie de democracia avançada universal, que se imporia sem a drástica alteração das condições que prevalecem. Pode ser imaginado e dá excelentes temas para canções... mas é pouco realista.

O centro de tudo, como sempre aconteceu, é a renovação do pensamento e dos valores. É por isso que os críticos são a única esperança, a censura o grande inimigo e a História (a verdadeira, não a esponja) o único professor.

Lisboa, Janeiro de 2019

## BIBLIOGRAFIA MUITO SUMÁRIA

- BORGES, João Vieira; TELO, António; LEMOS PIRES, Nuno – *Dar uma Razão à Força e uma Força à Razão*, Lisboa, 2017.
- COX, RW – *Social Forces, States and World Orders: Beyond International Relations Theory*, Millenium – Journal of Internacional Studies, V. 10, nº 2.
- EMMOTT, Bill – *The Fate of the West: The Battle to Save the World's Most Successful Political Idea*, 2017.
- FOTOPOULOS, Takis – *The Ecological Crisis as Part of the Present Multidimensional Crises and Inclusive Democracy*, International Journal of Inclusive Democracy, Vol. 3, nº 3, 2007.
- LOK TSE, Ching – *Capitalism, Ecological Crisis and the End of History*, Hong Kong Baptist University, 2014.
- MODELSKI, George - *Globalization as Evolutionary Process: Modeling Global Change*, 2008.
- MODELSKI, George & Thompson, William – *Leading Sector and World Powers, the Coevolution of Global Economics and Politics*, 1996.



- PÉREZ, Miguel Ángel – *La Geoeconomía de Asia Central e el Gran Juego de los Recursos Naturales: Água, Petróleo, Gaz, Uranio y Corredores de Transporte*, Real Instituto Elcano, 23 Noviembre 2009.
- TELO, António & LEMOS PIRES, Nuno – *A Grande Guerra em África*, Fronteira do Caos, 2018.
- TELO, António & SALGADO, Augusto – *A Grande Guerra no Atlântico Português*, 2 vols, Fronteira do Caos, 2018.
- TORRE, Hipólito de la – *Na Encruzilhada da Grande Guerra*, Estampa, Lisboa, 1998.
- ZAKARIA, Fareed – *The Post-American World*, 2011.
- ZHU, Caihua – *Uma Faixa, uma Rota, Podem Alcançar o Rescalonamento da Globalização*, Jinan, China Association For International Friendly Contact, 2017.

---

<sup>1</sup> Professor na Academia Militar. Agradeço os contributos críticos de vários elementos para este texto, nomeadamente o Coronel Lemos Pires, o Comandante Augusto Salgado, o professor Carlos do Amaral e o Prof. Hipólito de la Torre. Os nomes mencionados, como é evidente, não partilham necessariamente das opiniões aqui expressas.

<sup>2</sup> Todos os índices mencionados são cálculos do autor a partir dos dados de base do anuário Military Balance, IISS, Londres dos anos 1990 a 2018.

<sup>3</sup> A Coreia do Sul, por exemplo, exporta para a Turquia com quem tem programas comuns no campo da defesa; o Brasil exporta sistemas de armas, sobretudo através da EMBRAER, para mais de 10 estados europeus; a Austrália coloca os seus MRAP em vários estados europeus, etc.

<sup>4</sup> O assunto é desenvolvido em António Telo, *Os Açores e o Controlo do Atlântico*.

<sup>5</sup> O *USS Orion* era um transporte armado da US Navy, que foi enviado em primeiro lugar para criar o depósito de carvão necessário a qualquer base naval. Por puro acaso estava em Ponta Delgada quando o primeiro cruzador-submarino alemão atacou essa cidade e foi a sua peça que o obrigou a retirar-se.

<sup>6</sup> O assunto é desenvolvido na obra *A Grande Guerra no Atlântico Português*, de António Telo e Augusto Salgado.

<sup>7</sup> Instituto IGARAPÉ.

<sup>8</sup> Briand simpatizava com os radicais portugueses e dirigiu o Governo da França entre 29 de Outubro de 1915 e 20 de Março de 1917, justamente na altura em que Afonso Costa conseguiu forçar a GB a aceitar a beligerância portuguesa. Ver o desenvolvimento do processo, com ampla citação de fontes, em "O CEP: Os Militares Sacrificados Pela Má Política".

<sup>9</sup> Georges Clemenceau foi 1º Ministro da França entre Novembro de 1917 e Janeiro de 1920, nunca tendo mostrado simpatia pelos radicais portugueses que provocaram a beligerância; promoveu o seu isolamento na Conferência de Versalhes.

<sup>10</sup> Germanófilo no sentido normal do termo – apoiante da Alemanha – era uma ave muito rara no Portugal de 1914-1918. Ao contrário do que se lê em muitas obras, os movimentos monárquicos e católico eram, no essencial, aliadófilos, a começar em D. Manuel, exilado na GB, e defensor incondicional de uma vitória aliada na guerra. Os germanófilos estavam reduzidos a um pequeno número, como a GB era a primeira a dizer, onde em termos políticos só se podia contar com uma parte dos miguelistas e dos integralistas, uma pequena minoria do movimento monárquico. Mesmo estes, não eram propriamente "germanófilos", mas sim defensores da Áustria-Hungria, o principal aliado da Alemanha.

<sup>11</sup> *Missão Militar às Colónias*, escrito por uma comissão de militares nomeados pelo Ministério da Guerra e sua edição (Lisboa, 1943), p. 171.

\* Nota do editor: a pedido do autor, o texto da intervenção não foi objeto de revisão editorial.



Diogo Leão  
Foto de André Pereira, 2018

## UMA EVOCAÇÃO POLÍTICA DA PARTICIPAÇÃO PORTUGUESA NA GRANDE GUERRA DE 1914-1918

### **DIOGO LEÃO**

Excelentíssima senhora vice-presidente da Assembleia da República, Dr.<sup>a</sup> Teresa Caeiro  
Excelentíssimo senhor presidente da Comissão de Defesa Nacional, Dr. Marco António Costa  
Senhoras e senhores deputados presentes

Excelentíssima senhora secretária de Estado da Defesa Nacional, doutora Ana Santos Pinto

Excelentíssimo senhor chefe do Estado-Maior do Exército, general José Nunes da Fonseca

Excelentíssimo senhor presidente da Comissão Coordenadora da Evocação do Centenário da I Guerra Mundial,  
tenente-general Mário Cardoso e distintos membros da mesma Comissão

Excelentíssimo professor doutor Adriano Moreira

Excelentíssimo professor doutor António José Telo

Distintas autoridades civis e militares

Minhas senhoras e meus senhores

Cidadãos,

Uma palavra inicial apenas para destacar a minha dificuldade em intervir sobre a Grande Guerra, nesta altura de balanços, depois de proferidas as magistrais intervenções do professor Adriano Moreira e do professor António José Telo, bem mais capacitadas, sábias e experientes, nas análises do contexto e da realidade da Grande Guerra, quer em termos da história

das ideias políticas e das transformações do século XX português, quer em termos históricos sobre as realidades da participação portuguesa no conflito e seus efeitos.

Quero começar por agradecer a confiança de todos os Grupos Parlamentares representados na ilustre Comissão de Defesa Nacional, e ao senhor presidente da Comissão pela resolução tomada de me encarregar de proferir esta intervenção em representação de todos. E aproveito para invocar aqui os serviços prestados pela antiga Comissão de Guerra da Câmara dos Deputados e a também Comissão análoga no Senado da República de 1914 a 1918, que podemos neste âmbito saudar como ilustres antecedentes da atual Comissão de Defesa Nacional.

A evocação do Centenário da Grande Guerra tem sido um esforço coletivo com persistente trabalho e cujos ecos têm chegado longe, fruto da missão liderante da Comissão Coordenadora da Evocação do Centenário e das parcerias e interações estabelecidas desde a criação da Comissão, em 2013, até hoje.

Também motivada por esta interação, a Assembleia da República teve o mérito de refletir sobre o passado e sobre a História nacional de 1914 a 1918, e seus antecedentes e consequências, sem, no entanto, se atrever a fazer doutrina ou historiografia – que está longe de ser o papel deste corpo legislativo ou mesmo da política em geral – mas sim apoiando e prestando o seu patrocínio institucional e das suas publicações e edições, a leituras historiográficas independentes, críticas, assentes em documentos e fontes históricas até hoje inéditas (algumas derivadas de fontes parlamentares), fruto do trabalho, debate e investigação académica sobre a participação portuguesa na Grande Guerra.

Em forma de consagração e evocação, os deputados da Assembleia da República entenderam pronunciar-se neste ano de 2018, em Reunião Plenária, sobre a História, a memória e o legado da Grande Guerra. Fizeram-no através de três votos de saudação, apresentados em momentos distintos, um saudando a realização das cerimónias do centenário da Batalha de La Lys e em memória dos soldados portugueses que combateram na I Grande Guerra, outro em memória da tripulação do NRP *Augusto de Castilho* e do seu comandante Carvalho Araújo e ainda um último voto celebrando o centenário do dia do Armistício que pôs fim a este conflito internacional. E é de relevar que os dois últimos votos mereceram aprovação unânime do Plenário da Assembleia.

O convite para esta intervenção motivou o meu interesse em procurar conhecer até quão perto está a realidade da Grande Guerra presente do universo parlamentar vigente. O modo que melhor encontrei para dar expressão a esse breve exercício foi através do contacto com outros parlamentares, procurando aferir se, com base nas suas histórias familiares e genealógicas, mantinham com a Grande Guerra alguma proximidade no campo da memória, até mesmo recordando alguns traços das experiências vividas pelos seus antepassados. Com esse objetivo, enviei um pedido muito simples, em forma de inquérito informal, a todos os membros do Parlamento da XIII legislatura. Quero, naturalmente, agradecer neste momento a todas as senhoras e senhores deputados que julgaram por bem participar e aceder voluntariamente a responder ao pedido.

Pelo menos 19 deputados<sup>1</sup> dos Grupos Parlamentares do PSD, PS, BE, CDS e PCP e o deputado não inscrito Paulo Trigo Pereira demonstraram ter antepassados diretos ou num próximo grau de colateralidade – avôs, tios-avôs ou bisavôs – a combater na Grande Guerra. De uma breve consulta dos boletins individuais do Corpo Expedicionário Português (CEP) e do cruzamento com alguma bibliografia, resulta a leitura que 13 indivíduos deste universo total de 19 combatentes estiveram na Flandres, dos quais 12 no Corpo Expedicionário Português e um no Corpo de Artilharia Pesada Independente. Outros quatro antepassados serviam nos teatros africanos, três no sul de Angola em 1914-1915 e um em Moçambique.

Somente o marinheiro Manuel Vítor Simões, bisavô do deputado Pedro Delgado Alves, confirma o serviço de Guerra no Mar, testemunhando dignamente para este pequeno inquérito o esforço de toda a Marinha de Guerra portuguesa.

Por último, um caso excecional que não nos deixa esquecer de que se trata primeiro de uma guerra europeia e depois mundial é o do bisavô do deputado Duarte Alves, César Faivre, que, sendo cidadão francês, foi combatente na Grande Guerra – integrado no Exército desta nação nossa aliada, sendo que já tinha sido morto um seu irmão na Batalha do Somme.

Oito deputados atualmente em funções tiveram avôs que tomaram parte no conflito como combatentes, outros oito deputados tiveram bisavôs a servir neste conflito e dois deputados contam quatro tios-avôs na Grande Guerra.

No sul de Angola serviu o avô do deputado Carlos César, Aurélio Augusto César, que foi o soldado açoriano mais condecorado da Grande Guerra, sendo-lhe impostas, entre outras distinções, a Cruz de Guerra e a Medalha Militar de Valor com palma, por serviços de saúde prestados na campanha de Pereira d'Eça, em 1915, e, depois, até ao final do conflito, na Defesa Marítima de Ponta Delgada, segundo a obra de Carlos de Ornelas sobre os soldados insulares.

Também no sul de Angola cumpriu o seu dever o avô da deputada Idália Serrão, como sargento ferrador de cavalaria e o bisavô da deputada Isabel Santos, o combatente Zeferino Coelho.

No norte de Moçambique, serviu um dos tios-avôs do deputado Marcos Perestello, o à época tenente de artilharia Abel Nunes Perestrello de Vasconcelos, integrado logo em 1914 na expedição Massano de Amorim.

Já na Flandres, combateu outro tio-avô do deputado Marcos Perestello, o alferes miliciano Alfredo Henrique Andresen da Costa, no Corpo de Artilharia Pesada, formação que demonstrou contínuo valor militar e que, no concurso prestado, em nada ficou atrás de formações semelhantes dos exércitos aliados.

Integrados no CEP pelos mesmos esforços, sacrifícios e privações no sector português das trincheiras da Flandres, passaram os avôs dos deputados Emídio Guerreiro, Pedro Soares, Maria Augusta Santos e Carlos Abreu Amorim, respetivamente os combatentes Manuel da Silva, da Brigada do Minho, Celestino de Bastos, de infantaria 24, o soldado Sezinando Costa e o combatente Américo de Almeida, sapador dos caminhos-de-ferro.

Combateram no 9 de Abril de 1918 Jaime Rosado Semedo, bisavô da deputada Inês Domingos, mais tarde sepultado no talhão dos combatentes da Grande Guerra no cemitério do Alto de São João, em Lisboa. E também os bisavôs da deputada Catarina Marcelino, chamado José Marcelino, e da deputada Helga Correia, de seu nome José Maria Fernandes Correia, sócio combatente n.º 5 e fundador da Delegação da Liga dos Combatentes da Grande Guerra em Oliveira de Azeméis.

Louvido e condecorado com a Cruz de Guerra por feito individual na Batalha de La Lys, foi o avô do deputado Paulo Trigo Pereira, o oficial miliciano Mário Dias Trigo.

Encontrava-se nessa data fatídica o bisavô do deputado Filipe Anacoreta Correia, o capitão de infantaria Miguel Maria Pupo Correia, na retaguarda, em convalescença dos efeitos sofridos por gaseamento.

Os avôs dos deputados António Topa, Sérgio Sousa Pinto e o bisavô do deputado Joel Sá foram dados como desaparecidos na ofensiva alemã de abril de 1918.

A estes três soldados somaram-se dois outros combatentes, ambos tios-avôs da deputada Wanda Guimarães, o oficial miliciano de artilharia Carlos Olavo, que recebeu a Cruz de Guerra pela forma como dirigiu o tiro dos seus obuses até esgotar as munições, e o seu irmão, Américo Olavo, capitão de infantaria, igualmente galardoado com a Cruz de Guerra.

A estes cinco indivíduos esteve reservada a árdua experiência de prisioneiros de guerra na Alemanha, sendo libertados apenas depois do Armistício.

É assinalável como, através de uma pequena amostra de 19 combatentes aleatórios pelo critério simplesmente hereditário e familiar, conseguimos ter um reflexo de oficiais dos quadros e milicianos, sargentos e praças, um caso de um soldado do exército de um país aliado, experiências nos três teatros de guerra em que Portugal se empenhou, do serviço nas guardas dos navios de guerra da Armada e também da defesa marítima, exemplos de indivíduos feridos, o registo de diversas distinções por feitos individuais e até do calvário passado pelos prisioneiros de guerra, eternizados nos livros de memórias publicados por ambos os irmãos Olavo.

Depois de refletirmos nestas experiências individuais, esforçar-me-ei para uma análise e um balanço da participação portuguesa na Grande Guerra, principalmente sob a égide da política de então.

A jovem República nascida a 5 de outubro de 1910 prosseguiu as linhas de política externa dos últimos anos da Monarquia Constitucional. Se é certo que, antes da proclamação da República, o Partido Republicano Português ainda unitário se tinha fortalecido na crítica à subserviência inglesa e no aproveitamento demagógico e sensacionalista da questão do Ultimato de 1890, a verdade é que, com o triunfo da revolução republicana, comprometeram-se a assumir todos os compromissos diplomáticos e financeiros herdados da Monarquia.

Os britânicos eram os maiores investidores externos em Portugal, inclusivamente nos sectores estratégicos da economia e dos serviços; eram os maiores credores do Estado português e também os nossos maiores fornecedores de produtos importados. Portugal tinha seguramente uma dependência histórica económico-financeira, e não simplesmente política no sentido estrito, das relações luso-britânicas e da aliança britânica.

Havia também uma nítida ligação da República às democracias liberais da França e Grã-Bretanha, que fomentava na maioria da elite republicana – nomeadamente os parlamentares dos três grandes partidos da República, o Partido Republicano Português – Partido Democrático, o Partido Evolucionista e o Partido da União Republicana – um sentimento aliadofílico generalizado, embora de diferentes graus de intensidade e solidariedade com os países beligerantes. Os evolucionistas com maior volatilidade e os unionistas com uma rigidez notável de princípios sobre a participação portuguesa na Guerra fizeram

depende o seu concurso para uma declaração de guerra à Alemanha, que nunca se verificou, tendo sido, como sabemos, a Alemanha a declarar guerra a Portugal, de um pedido expresso e formal do Reino Unido que convidasse Portugal à beligerância.

Foi a elite do Partido Democrático, como se dizia à época mesmo nos debates parlamentares, Afonso Costa e os seus amigos que elegeram a participação na frente europeia como objetivo para a consolidação interna do regime republicano, fomentando no perigo alemão um inimigo externo, um inimigo nacional, ao mesmo tempo que a participação no conflito armado significaria a emancipação de Portugal aos olhos das restantes nações, triunfando o reconhecimento da maturidade, da capacidade e do esforço beligerante da República Portuguesa, ou, devo antes dizer, do Portugal republicano numa legitimação internacional inequívoca do regime.

Essa emancipação e entrada no "concerto das nações aliadas" afastaria também o chamado "perigo espanhol". Os sectores republicanos procuravam manter uma boa relação diplomática com a Espanha, mas não ignoravam o apoio – ativo ou de omissão – prestado pela Espanha às incursões monárquicas couceiristas de 1911-1912. E sabemos que o fantasma da intervenção militar espanhola em Portugal tinha razões para algum fundamento à época, porque pelo menos no campo das palavras e das críticas – embora também se entenda que em diplomacia e política muita distância pode separar o que é dito do que é realmente feito – o próprio rei Afonso XIII acusava os republicanos portugueses de apoiar os republicanos espanhóis e considerava que Portugal vivia num grau de anarquia política de cujo contágio a Espanha tinha receio. Para os democráticos não haveria beligerância sem a participação de Portugal na frente europeia e na frente africana.

Interpelado por Manuel Brito Camacho, na sessão secreta da Câmara dos Deputados de 11 de julho de 1917, Afonso Costa responde ao líder unionista, e cito: "Ainda que a Inglaterra não nos tivesse convidado a entrar na Guerra, Portugal, por dever de honra e dignidade e por necessidade, tinha de entrar nela. Hoje todos reconhecem que a nossa existência esteve por um fio e que só a Guerra nos salvou: foi o governo que conseguiu realizar com justeza a posição de independência e autonomia para o nosso Exército, dando uma cooperação até onde foi possível dá-la e sem que esse auxílio parecesse uma ficção", terminando aquela que foi a sua primeira intervenção nesse debate, reivindicando para o governo da União Sagrada e para o da sua presidência em 1917 o esforço de levar ao teatro europeu o Corpo Expedicionário Português, uma lança na Europa dos interesses portugueses.

De agosto de 1914 a março de 1916, Portugal entrará numa longa e tortuosa fase, na qual os governos, os partidos políticos, a opinião pública, o Exército e a Armada vão esgrimir uma série de avanços e recuos face à intervenção ou não na Guerra europeia e à declaração de beligerância.

Naturalmente esses avanços e recuos são protagonizados e polarizados pelos sectores e correntes "guerristas" e "anti-guerristas", aliadófilos e germanófilos, radicais e moderados.

A evidente necessidade concreta e real de defesa das colónias portuguesas não apenas dos ataques alemães em Moçambique e Angola logo em 1914 – tratados como "incidentes de fronteira" e não como *casus belli* –, mas como garantia da integridade territorial portuguesa na África Oriental até ao fim da Guerra e, posteriormente, da manutenção dos territórios coloniais portugueses no pós-Guerra, era o ponto de consenso político nacional, quer entre as forças políticas, quer entre a opinião pública. Não quer isto dizer que a política partidária, nomeadamente a oposição parlamentar de turno, não fosse duríssima na avaliação da incompetência dos sucessivos governos - desde o governo extrapartidário de Bernardino Machado em 1914 até ao governo democrático "guerrista" de Afonso Costa derrubado pela Revolução de 5 de Dezembro de 1917 – dos governos-gerais coloniais e dos comandos das expedições à África, em matéria de condução das operações militares africanas através do Terreiro do Paço.

E as flutuações de atitudes políticas dos governos republicanos, ao sabor das instruções e recomendações diplomáticas inglesas subordinadas ao original conceito de uma neutralidade condicional, entre outubro de 1914 - quando se dá o chamado "incidente de Naulila" que provoca ações e reações de cariz punitivo que culminam no combate de Naulila contra os alemães em dezembro de 1914 - e a entrada na Guerra em março de 1916, também não esteve imune a duras críticas sobre o brio patriótico e a dignidade nacional, que exigia o necessário desagravo.

Sobre os dois anos em que foi vertido sangue português em Maziúia e no sul de Angola, tendo sido capturados e internados prisioneiros portugueses na África Ocidental Alemã, o deputado unionista Moura Pinto afirmou na sessão secreta do dia 12 de julho de 1917 que correspondera "ao sistema as públicas afirmações de guerra e das confidenciais instruções de paz e neutralidade para os agentes do Poder. Concórdia, cordialidade e... popularidade guerreira".

A verdade é que de 1914 a 1918 o regime republicano e a maioria da nação não eram conceitos unificados, pelo contrário, estamos num período de desfasamento entre representantes e representados. E nesse seguimento, creio que é lícito falarmos do fracasso dos políticos e da sociedade para a transformação da guerra num desígnio e objetivo nacional, como retoricamente se empenharam em propagar os democráticos de Afonso Costa. Para muitos, nem sequer foi um desígnio do regime, como pressupunha o mínimo denominador comum entre democráticos e evolucionistas aquando da União Sagrada. Segundo os camachistas e outros sectores políticos, era um desígnio apenas de uma facção.

Fora a animosidade e incompatibilidades políticas dos três grandes partidos republicanos e dos seus chefes, a República de 1910 até à Grande Guerra tinha alienado sectores concretos e expressivos, inegavelmente importantes da nação portuguesa e que fizeram falta no momento de afirmar a guerra como desígnio nacional. Face aos monárquicos tinha-se perdido a política de atração e amnistias de Bernardino Machado, para ao invés vingar nos núcleos republicanos mais exaltados a política de submissão dos monárquicos ao regime preferida por Afonso Costa.

No entanto, é de destacar o papel de D. Manuel II, exilado em Inglaterra, que defendeu sempre uma postura aliadófila e pró-britânica e através de Aires de Ornelas e João de Azevedo Coutinho, seus lugares-tenentes, procurou que os monárquicos portugueses apoiassem a participação portuguesa na Guerra. Infelizmente, a atitude aliadófila de D. Manuel não colheu frutos na maioria dos meios monárquicos portugueses, que se afirmaram como germanófilos essencialmente por acreditarem que a vitória do Kaiser seria propícia ao restauro da Monarquia em Portugal.

Os sectores militantemente católicos, embora não tivessem simpatias pela Alemanha luterana, unindo-os sentimentos de comunhão na fé com a Bélgica e a França invadidas, tinham sido afastados do espaço público na sequência da radical Lei de Separação do Estado das Igrejas. O Partido Socialista Português vota favoravelmente a célebre declaração ministerial de 7 de agosto no Parlamento, embora no seio do Partido se dividissem entre intervencionistas e pacifistas.

Dentro do universo da esquerda nacional, os anarcossindicalistas foram os mais coerentes, seguindo a corrente internacionalista de caracterização da guerra como um conflito burguês e estatal, onde o proletariado era, como sempre, o instrumento do sacrifício dos interesses económicos e imperialistas, no entanto, alguns sindicatos colaboraram contra os democráticos na Revolução de 5 de Dezembro, como, aliás, farão na Revolução de 28 de Maio de 1926.

E nas Forças Armadas?

No Exército português, conservador na sua essência, a maioria da oficialidade não era considerada pró-intervencionista, pelo contrário, sectores muito significativos do Exército apoiavam quer o governo de Pimenta de Castro, quer depois a Revolução Sidonista de 5 de Dezembro de 1917.

Em contraste, encontramos uma Marinha de Guerra onde os democráticos colhem sempre um apoio fundamental. Veja-se, por exemplo, a Revolução de 14 de Maio de 1915 e de 5 de Dezembro de 1917 e que, por isso, pode ser considerada o ramo das Forças Armadas pró-intervencionista.

A verdade é que, de 1914 a 1918, Portugal manteve sempre, independentemente dos governos pró-intervencionistas ou contra a intervenção, uma atitude oficial solidária e dependente da Inglaterra e das instruções diplomáticas britânicas. Era esse o único *modus vivendi* decorrente da aliança luso-britânica.

Mesmo os governos mais hostis à participação portuguesa na Grande Guerra e em particular na frente europeia, como o governo de Pimenta de Castro em 1915 ou o consulado Sidonista de 5 de Dezembro de 1917 que se mantém em funções até ao Armistício assinado a 11 de novembro de 1918, por mais críticos e opositoristas que sejam a nível interno, vão manter uma atitude oficial pró-britânica e aliadófila.

É evidente que, com o grau de polarização das correntes intervencionistas e não intervencionistas, democráticos e outros elementos "guerristas" vão sempre definir os seus adversários políticos internos como germanófilos. E, no caso concreto do Sidonismo, também considero factual que, por oposição política interna, abandono, negligência e complacência política, houve a intenção de enfraquecimento e definhamento do outrora Corpo Expedicionário Português na Flandres e do Corpo de Artilharia Pesada Independente, que eram vistos não como obra nacional, mas com espírito de facção, como uma criação dos políticos e militares afetos ao Partido Democrático.

Contudo, a participação de Portugal na Grande Guerra ficou para sempre um obstáculo entre as correntes republicanas, inclusive no pós-Guerra. Citando novamente o deputado unionista Moura Pinto: "O mistério da nossa intervenção na Guerra europeia e a misteriosa forma de a efetivarmos, mantendo-se o país na ignorância da marcha das negociações e na mais absoluta ignorância dos seus destinos, provocou a mais pavorosa das confusões que a História nacional regista e foi a única fonte

de ódios que não mais se extinguirão dentro da atual geração, complicando talvez irremediavelmente o problema político do regime que um grupo de homens que também a História julgará pretendeu resolver em seu exclusivo proveito e da sua façção política." E prossegue, afirmando: "Daqui e só daqui, parece ter resultado o lançar-se, sem norte, sem senso, sem precauções, sem exército e sem recursos, este pobre e pequeno país na gigantesca fogueira da Guerra europeia, aproveitando a geral apatia da nação, explorando a falha de solidariedade individual e a ausência duma consciência coletiva, todos os ferozes egoísmos, a fruste sentimentalidade duma minoria, apenas superficialmente culta, para a qual certas palavras são perigoso excitante."

Minhas senhoras e meus senhores,

*Gambúzios, Lanzudos, Serranos, Magalas, Marranos* na Flandres e ainda *Landins* e *Angolas*, soldados naturais dos territórios e teatros de guerra africanos. Tantos nomes, entre números de chapas de identidade e alcunhas diversas, assumiu o soldado que serviu Portugal na Grande Guerra. É Soldado Desconhecido o que regressou à sepultura da Pátria simbolizando todos os seus camaradas de armas irreconhecíveis e incógnitos, que pela Pátria sacrificaram a própria vida. O capitão Menezes Ferreira, soldado de África e da Flandres, na sua obra publicada em 1921, popularizou o título *João Ninguém – Soldado da Grande Guerra*. É para que não existam mais *Joões Ninguém* que o trabalho levado a cabo nos últimos quatro anos de estudo da Grande Guerra - e que estou certo, prosseguirá - é fundamental para trazer a luz à nossa História.

Uma referência particular é devida pela Comissão de Defesa Nacional do Parlamento português ao soldado africano da Grande Guerra, que combateu e deu o sangue e a vida pelos interesses portugueses, defendendo também o solo das colónias africanas das agressões alemãs em África. Este soldado africano, tantas vezes órfão para a História ao longo destes 100 anos volvidos ou antes utilizado como insigne e laudatório exemplo e instrumento da obra da civilização portuguesa em África, que hoje todos questionamos e muitos rejeitamos.

Outra referência para os carregadores africanos que não eram combatentes, mas tiveram um papel auxiliar às exigências da logística e de administração militar, inéditas na história da nossa intervenção militar em África, dada a enorme extensão das distâncias a percorrer e a não ocupação efetiva dos territórios. Fica feito o reconhecimento que estes carregadores eram maioritariamente e duramente fornecidos pelas autoridades administrativas das capitánias-mores e das circunscrições, e foram empregues em cifras de muitos milhares de indivíduos sem nome e que só coletivamente podem ser resgatados para a História, quer em Angola para fazer o árduo transporte de material na subida da serra de Chela até ao planalto da Huíla, quer em Moçambique para serviços de extrema dureza física de natureza semelhante até 1918; e neste último caso existem estudos que apontam para números na ordem dos 90 mil africanos a servirem como carregadores durante os anos da Guerra.

Aos soldados de 1914-1918 em África e na Flandres, foi pedido, foi ordenado que combatessem. Foi-lhes dito para morrer pela consolidação da República, morrer pelo ideal da democracia liberal, morrer pelo império africano, morrer pela aliança luso – britânica e para que Portugal se sentasse à mesa da Conferência de Paz, com lugar no concerto das nações, no pódio dos vencedores.

Pouco ou nada sabia o soldado português destas construções políticas contemporâneas, dos interesses geoestratégicos, dos nacionalismos e imperialismos europeus que vão dar azo a novos estados-nação do pós-Guerra e moldar e influenciar o século XX português, europeu e mundial, das cobiças das potências vigentes em matéria de expansão colonial ou até dos dossiês das compensações e indemnizações na Conferência de Paz. Mesmo o oficial português, citando o absolutamente insuspeito coronel Ferreira do Amaral, outro veterano do sul de Angola e da Flandres, numa das obras de maior popularidade e tiragem da sua época, *A Mentira da Flandres... e o medo!*, que respeito algum atribuía aos políticos do seu tempo e somente o cultivava pelos seus camaradas de valor, também tece críticas mordazes a parte significativa da oficialidade do Exército em matéria de apatia face à Guerra europeia e, em muitos casos, não sei se justa ou injustamente, até de ausência de algumas qualidades militares.

O soldado português era o espelho do seu país, maioritariamente analfabeto, retirado tantas vezes da vastidão do Portugal rural, apressadamente fardado e armado, sem instrução ou valor militar real. Exigiu-se-lhe que lutasse, que combatesse e assim o fez. Mal ou bem em termos de preparação, ação e resultados, deixemos para o debate historiográfico.

Mas sem cair em anacronismos, no dia de hoje, minhas senhoras e meus senhores, passados 100 anos do Armistício e do final da Grande Guerra, terminado há praticamente 44 anos o ciclo colonial português, consolidada a Democracia e as instituições representativas e fazendo parte o povo português do conjunto vasto de povos europeus que constroem a União e

a Cidadania Europeia, podemos e devemos assumir sem quaisquer reservas o soldado português da Grande Guerra, tanto o que combateu como o que sacrificou a vida, como um dos nossos egrégios avós, merecedor de todas as homenagens que a Pátria de bom grado lhe puder prestar.

E podemos mesmo legitimar como certos, no campo das ideias políticas e dos valores democráticos que hoje nos regem, nunca a forma ou a fórmula quezilenta e destrutiva que opôs portugueses a portugueses e que imperou de 1914 a 1918 na política interna e não cessou por aí, mas sim o objetivo parcialmente conseguido, não sem pesados custos, de consolidação da República Portuguesa e o objetivo atingido de conservação da sua integridade territorial à época, que presidiram à estratégia de intervenção portuguesa na Grande Guerra.

Termino, invocando as palavras de Sua Excelência o Senhor Presidente da República Portuguesa, proferidas no desfile militar de celebração do Centenário do Armistício, no passado dia 4 de novembro, endereçadas às Forças Armadas e a todos os portugueses:

“Esses heróis lutaram pela compreensão contra o ódio, pela liberdade contra a opressão, pela justiça contra a iniquidade, pela Europa aberta contra a Europa fechada, o mundo solidário contra o mundo dos egoísmos, das xenofobias, das exclusões. Não toleraremos que se repita a sangrenta divisão da Europa. Não toleraremos que se repita perder-se a paz, ganha com tantas mortes às mãos de aventureiros criadores de novas guerras, não toleraremos que se repita o uso das Forças Armadas ao serviço de interesses, pessoas, grupos ou de jogos de poder, enquanto soldados se batiam pela Pátria e pela Humanidade.”

---

<sup>1</sup> Já em momento posterior à data do Colóquio, tomei conhecimento de que o avô do deputado Miguel Coelho fora também combatente na Grande Guerra, alargando para 20 o número de antepassados de deputados que serviram na Grande Guerra. Trata-se de Artur Pinheiro Coelho, capitão do 6.º Grupo de Metralhadoras, que participa no combate de La Lys e, por valentia, é condecorado com a Cruz de Guerra de 3.ª classe.





Teresa Caeiro, Mário Cardoso e Ana Santos Pinto  
Foto de António Costa Lopes / MDN

## ENCERRAMENTO

### ANA SANTOS PINTO

Excelentíssima senhora vice-presidente da Assembleia da República, Teresa Caeiro

Excelentíssimo senhor deputado da Comissão de Defesa Nacional, Diogo Leão

Excelentíssimos deputadas e deputados

Excelentíssimo senhor presidente da Comissão Coordenadora da Evocação do Centenário da I Guerra Mundial, tenente-general Mário Cardoso

Excelentíssimo senhor diretor da Filatelia dos CTT, Raúl Moreira

Excelentíssimo senhor professor doutor Adriano Moreira

Excelentíssimo senhor professor doutor António Telo

Ilustres convidados

Minhas senhoras e meus senhores

Gostaria de começar esta breve intervenção recordando uma citação de Martin Luther King, Jr., proferida na intervenção de aceitação do Prémio Nobel da Paz, em nome do Movimento dos Direitos Cívicos, em 1964.

Disse Martin Luther King:

“Recuso-me a aceitar a ideia de que a Humanidade está tão tragicamente amarrada à noite escura do racismo e da guerra que a alvorada luminosa da paz e da fraternidade nunca possa ser uma realidade. Acredito que a verdade desarmada e o amor incondicional terão a palavra final.”

Esta mensagem pode parecer abstrata e distante da realidade dos nossos dias. Ou pode parecer lírica e idealista quando nos confrontamos com múltiplos cenários de conflitualidade. No entanto, num momento em que evocamos a paz, com a celebração da assinatura do armistício da Grande Guerra, estas palavras de verdade e esperança no futuro devem incentivar à reflexão.

É minha convicção que a construção de uma paz duradoura, sustentada e justa só pode ser conseguida a partir do entendimento de uma Humanidade comum. Ao longo da história europeia e mundial, foram criadas inúmeras divisões que sempre conduziram pelo caminho da violência e da destruição.

Esta é a responsabilidade que pesa sobre os ombros das gerações que hoje vivem em paz, fruto dos sacrifícios feitos há 100 anos. A exigência de respostas mais solidárias, em nome de um bem coletivo.

Na Europa e no mundo, enfrentamos atualmente um conjunto de desafios resultantes do crescimento de forças que nos procuram separar artificialmente, com base na nacionalidade, na etnia, no género ou na orientação sexual.

Os perigos deste caminho estão bem plasmados na História, para quem os quiser ver.

Devemos conhecê-la, recordá-la e inclui-la nas nossas memórias coletivas, para que as lições que retiramos da História perdurem e evitem erros futuros.

A cerimónia de hoje, em que é apresentada a emissão filatélica dedicada ao Armistício da Grande Guerra, é o momento ideal para realçar o contributo que as comemorações do Centenário da Grande Guerra deram ao nosso entendimento sobre o conflito e sobre os caminhos da paz.

Ao longo dos últimos quatro anos, foi realizado um conjunto assinalável de iniciativas desenvolvidas por diversas entidades nacionais, incluindo um trabalho de grande empenho da Assembleia da República.

Mas quero destacar o trabalho absolutamente notável realizado pela Comissão Coordenadora da Evocação do Centenário da I Guerra Mundial, na figura do seu presidente, o tenente-general Mário de Oliveira Cardoso. Foi um trabalho de enorme dedicação e empenho, que importa muito justamente realçar, e que quero nesta oportunidade agradecer em nome do Ministério da Defesa Nacional.

Do conjunto de iniciativas realizadas resultou um importante acervo sobre a I Guerra Mundial, as suas dinâmicas e diferentes expressões – desde logo a militar, mas também a artística ou a popular – e, claro, sobre o papel de Portugal neste processo histórico.

Para o Ministério da Defesa Nacional, o vasto leque de atividades organizadas concorre com o objetivo de dar a conhecer as implicações da Grande Guerra em Portugal, bem como promover um conhecimento e reflexão informada sobre o tema.

Existia uma lacuna no conhecimento que foi identificada e que conhece, com estes contributos, um importante desenvolvimento. Foi, sem dúvida, um objetivo largamente conseguido.

Correndo o risco de não referir projetos de grande importância, destaco as cerimónias de evocação e de homenagem aos combatentes da Grande Guerra, as iniciativas de divulgação dos Museus Militares e da Liga dos Combatentes e um vasto conjunto de seminários, colóquios e publicações que deles resultaram e virão ainda a resultar.

Para além das publicações, perdurará o portal na internet sobre os 100 anos da Grande Guerra ([www.portugalgrande-guerra.defesa.pt](http://www.portugalgrande-guerra.defesa.pt)), bem como a colaboração com a RTP na série Postal da Grande Guerra.

Minhas senhoras e meus senhores,

Termino regressando ao ponto de partida desta intervenção: a necessidade de acreditarmos, e procurarmos concretizar, a paz.

Digo, muitas vezes, que temos o privilégio de viver em paz. Mas sabemos que nem todos o partilham.

Por isso, assumindo o compromisso de solidariedade e procurando contribuir para a estabilidade e segurança internacionais, Portugal participa em missões de promoção e apoio à paz, no quadro das alianças e organizações de que faz parte, com base nos princípios do Direito Internacional.

À semelhança da decisão de participar no esforço internacional da Primeira Grande Guerra, devem ser hoje claras as razões que nos fazem enviar os nossos homens e mulheres para teatros operacionais distantes.

Se a certeza da paz é perene, a possibilidade da guerra é constante. E é nessa perspectiva de solidariedade com os mais vulneráveis e de construção de um contexto que garanta a permanência da paz onde ela existe, que a nossa presença se exige hoje, como se exigiu há 100 anos.

Estou certa de que os contributos resultantes das Comemorações do Centenário da I Guerra em Portugal deixarão uma marca não só no conhecimento, mas também na memória das gerações futuras.

Muito obrigada.

# PROGRAMA DA CONFERÊNCIA

## ABERTURA

Teresa Caeiro (Vice-presidente da Assembleia da República)

Tenente-general Mário Cardoso (Presidente da Comissão Coordenadora da Evocação do Centenário da I Guerra Mundial)

## INTERVENÇÕES

### ARMISTÍCIO?

Adriano Moreira (Presidente do Instituto de Altos Estudos da Academia das Ciências de Lisboa e professor emérito da Universidade Técnica de Lisboa)

### UM SÉCULO DEPOIS – O QUE A GRANDE GUERRA ENSINA AO MUNDO DE 2019

António Telo (Professor catedrático na Academia Militar)

### UMA EVOCAÇÃO POLÍTICA DA PARTICIPAÇÃO PORTUGUESA NA GRANDE GUERRA DE 1914-1918

Diogo Leão (Comissão de Defesa Nacional)

## ENCERRAMENTO

Ana Santos Pinto (Secretária de Estado da Defesa Nacional)

# NOTAS BIOGRÁFICAS DOS ORADORES

## **ADRIANO MOREIRA**

Professor emérito da Universidade Técnica de Lisboa.

Doutor pelo Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas e doutor em Direito pela Universidade Complutense.

Antigo delegado à ONU (1957-1959).

Ministro do Ultramar (1961-1963).

Deputado e vice-presidente da Assembleia da República (1979-1995).

Professor do Instituto Superior Naval de Guerra (até à sua extinção).

Colaborador da Universidade Católica Portuguesa, antigo professor da Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Presidente honorário da Sociedade de Geografia de Lisboa e da Academia Internacional da Cultura Portuguesa.

Presidente da Academia das Ciências de Lisboa (2008-2010-2012).

Antigo presidente do Conselho Geral da Universidade Técnica de Lisboa, e membro dos Conselhos da Escola Naval e do Instituto Universitário Militar.

É doutor H. C. por várias universidades nacionais e estrangeiras, tem várias condecorações, medalhas militares e a Espada de Almirante honorário, concedida pelo Chefe do Estado-Maior da Armada. É Conselheiro de Estado.

## **ANTÓNIO TELO**

António Telo é professor catedrático na Academia Militar, tendo antes sido professor na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

Tem cerca de 30 obras e 300 artigos e colaborações publicados sobre História, Defesa e Relações Internacionais.

## **MÁRIO DE OLIVEIRA CARDOSO**

O tenente-general Mário de Oliveira Cardoso nasceu em Portalegre, foi promovido ao atual posto em 01 de junho de 2005 e está na situação de reforma desde 12 de julho de 2011.

Está habilitado com o Curso de Infantaria da Academia Militar, o Curso de Promoção a Capitão, o Curso Geral de Comando e Estado-Maior, o Curso de Técnica de Estado-Maior e o Curso Superior de Comando e Direção. Possui, ainda, o Curso de Estado-Maior do Exército de Espanha.

Ao longo da sua carreira exerceu várias funções de Comando e Estado-Maior e foi professor do Instituto de Altos Estudos Militares.

Cumpriu uma missão de serviço em Angola no comando de uma Companhia de Caçadores.

Foi adido militar e de Defesa junto da Embaixada de Portugal nos Estados Unidos da América.

Como oficial general comandou o Campo Militar de Santa Margarida e a Brigada Mecanizada Independente; foi 2.º comandante e diretor de ensino da Academia Militar; foi comandante operacional das Forças Terrestres e deputy commander do Joint Command Lisbon. Nomeado diretor honorário da Arma de Infantaria, foi vice-chefe do Estado-Maior do Exército entre 16 de junho de 2008 e 12 de julho de 2011, data em que passou à situação de reforma. Foi presidente da Comissão Coordenadora da Evocação do Centenário da I Guerra Mundial.

É condecorado com a Grã-Cruz da Ordem Militar de Aviz e com outras condecorações nacionais e estrangeiras.

## **FICHA TÉCNICA**

### **TÍTULO**

Portugal e o Fim da Grande Guerra  
Colóquio: Assembleia da República, 18 de dezembro de 2018 (PDF)

### **INICIATIVA**

Comissão Coordenadora da Evocação do Centenário da I Guerra Mundial

### **EDIÇÃO**

Assembleia da República. Divisão de Edições

### **REVISÃO E COORDENAÇÃO EDITORIAL**

Conceição Garvão

### **FOTOGRAFIA**

André Pereira – Arquivo Fotográfico da Assembleia da República  
António Lopes – Ministério da Defesa Nacional (p. 40)

### **PAGINAÇÃO**

Undo  
a partir do design gráfico original de Linha de Letras

**ISBN 978-972-556-706-7**

Lisboa, maio de 2019  
© Assembleia da República  
Direitos reservados nos termos do artigo n.º 52 da lei n.º 28/2003, de 30 de julho.

